

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.29, n.03-04, p.1-43, março/abril 2007

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO
Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH
Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN
Diretora do Centro de Pesquisa

SACHIKO ARAKI LIRA
Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN
*Diretora do Centro de Treinamento para o
Desenvolvimento*

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MARIO RICARDO MALLASSA

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CRISTIANE BACHMANN (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO
(*normalização bibliográfica*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA
(*edição eletrônica*)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

*Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.*

A	bolha de liquidez mundial e o Brasil <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
P	olítica cambial e crescimento econômico <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	4
S	intomas e efeitos da desindustrialização <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	6
A	nova série do PIB brasileiro <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
O	mercado de trabalho formal no Paraná: considerações sobre a (re)organização do trabalho produtivo <i>Silmara Cimalista</i>	12
O	Fórum Social Mundial e o Paraná <i>Agemir de Carvalho Dias</i>	15
A	marcha ascendente dos bancos <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	18
O	s governadores e o presidente <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	19
P	araná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	21
E	conomia Paranaense Indicadores Seleccionados	26

A bolha de liquidez mundial e o Brasil

Gilmar Mendes Lourenço*

A desmobilização de posições consideradas mais arriscadas nos mercados de ativos e o subsequente movimento planetário de correção para baixo nas respectivas cotações, bastante parecido com aquele que sucedeu os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), vêm sendo imputados ao declínio dos preços das ações das companhias chinesas negociadas na supervalorizada Bolsa de Xangai (130,0% só em 2006), iniciado em 27 de fevereiro de 2007, com queda de 9,0%, a maior em uma década, e que teria alcançado as Bolsas da Ásia, da Europa e das Américas.

Porém, é interessante observar que a raiz da instabilidade pode repousar nas apreensões dos agentes quanto ao enfraquecimento do ritmo de expansão da maior economia do mundo (com teto previsto de 2,5% em 2007), fruto do encolhimento dos níveis de consumo, associado ao menor dinamismo do mercado de trabalho e da massa de salários, em face do esvaziamento da derradeira bolha superexpansiva: a imobiliária.

Tal argumento ficou patente no dia 13 de março de 2007, quando o surgimento de informações de aumento da inadimplência das hipotecas nos EUA (cerca de 73,0% do Produto Interno Bruto – PIB), no último trimestre de 2006, provocou a precipitação de novo curso cadente nas Bolsas. Na seqüência, o Departamento de Comércio dos EUA assinalou crescimento de 1,3% do PIB nos três primeiros meses de 2007, a menor marca desde o primeiro trimestre de 2003 e pouco superior à metade da verificada no quarto trimestre de 2006.

Cálculos elaborados pela empresa Smithers & Co, com base no centenário índice cotações/lucros das ações, estimado pela Standard & Poor's, revelam que o Preço/Lucro ajustado para diferentes ciclos econômicos estaria hoje em 26,5 contra 15,0 para a média histórica. Já o lucro real das companhias cresceu 192,0% entre meados de 2002 e final de 2006, contra 170,0% entre os finais dos exercícios de 1991 e 2000, antes da derrocada precipitada pelos escândalos corporativos protagonizados pela Enron e Worldcom, marcados por maquiagens de balanços avalizadas por auditorias internacionais.

Vale lembrar que o fenômeno Xangai aconteceu depois da divulgação do recuo recorde nas vendas de bens de consumo duráveis e nos pedidos de bens de capital nos EUA, da emissão de sinais de desaceleração da atividade (e da disponibilidade de crédito) da construção civil naquela nação, e das projeções

recessivas feitas pelo ex-Chairman (por quase duas décadas) do Federal Reserve (FED), Banco Central daquele país. Mais precisamente, Greenspan manifestou preocupações com o baixo custo do dinheiro e, por extensão, com os minguados prêmios de risco pagos para a alavancagem de negócios especulativos e a formação de bolhas de liquidez.

Na verdade, depois do estouro da Bolsa de Nova Iorque em 2000 e 2001, liderado pela deterioração patrimonial das firmas da Nova Economia, notadamente dos ramos de informática, a economia mundial fincou bases para a deflagração do ciclo curto de crescimento mais intenso dos últimos três decênios, implicando incremento do PIB e do comércio de 5,0% a.a. e 7,0% a.a., respectivamente, com desdobramentos na valorização dos mercados de *commodities*, imóveis e, sobretudo, ações, com subida média de 200,0%, sendo de quase 400,0% na Europa, 270,0% na América Latina, 150,0% na Ásia e 300,0% no Brasil.

Ao mesmo tempo, o poder de emissor da moeda reserva internacional, desde a Conferência de Bretton Woods em julho de 1944 – que fixou regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados e as Nações-Estados independentes do mundo –, habilitou os EUA a consumir os excedentes produzidos pelo restante do planeta, transformando-se de maior credor em maior devedor.

Nos anos recentes, a maior potência mundial viabilizou o financiamento de seus déficits gêmeos (em transações correntes e fiscal), superior a US\$ 1,0 trilhão (mais de 9,0% do PIB), com a venda de títulos aos países emergentes que se tornaram exportadores líquidos durante os anos 1990, notadamente China e, em menor medida, Japão, que experimentam superávits nas contas externas de 7,0% e 4,0% do PIB, respectivamente. Com isso, ocorreu deflação nos preços dos bens industrializados, maximizada pelo efeito China, compensando as pressões inflacionárias oriundas das *commodities*, em meio a um ambiente de compressão dos custos de transação, ensejado pelos avanços tecnológicos.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização*; e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

O aumento da exposição de investidores norte-americanos nos mercados emergentes decorreu do exponencial desempenho exportador chinês

Mas o aumento da exposição de investidores norte-americanos nos mercados emergentes decorreu do exponencial desempenho exportador chinês, de sua acumulação de mais de US\$ 1,0 trilhão de reservas internacionais e da oferta de crédito pelos bancos japoneses a taxas de juros reais negativas (0,5% nominais ao ano), permitindo a realização de operações de arbitragem, lastreadas pela realização de empréstimos em moedas a reduzido custo, e a alocação dos recursos em modalidades de maiores retornos, como imóveis e bolsas das nações emergentes, sobretudo na Ásia, e particularmente na China.

Essencialmente, a reduzida dimensão e o relativo isolamento das operações realizadas em Xangai – com preços desvinculados do desempenho de mercado das companhias – desautorizam rotular o episódio como estopim do alvoroço. Trata-se de um espaço geográfico de atuação especulativa, desprovido de regulação e fiscalização adequadas, e reservado aos chineses, dada a hospedagem dos aplicadores internacionais em Hong Kong.

Ainda que sejam parcos os vasos comunicantes entre Xangai e a China real, retratada nas programações de inversões em infra-estrutura e exportações, o governo da China, por precaução, já vinha procurando limitar a realização de compras de ações ancoradas em empréstimos com cartão de crédito e contrair a expansão da demanda de 10,0% a.a. para 8,0% a.a., por meio da elevação dos depósitos compulsórios bancários.

Nesse contexto, as declarações tranquilizadoras do atual presidente do FED, Ben Bernanke, na direção da preparação de um pouso suave para a economia norte-americana, foram incapazes de convencer os agentes econômicos de que o atual estágio de instabilidade resulta do funcionamento volátil dos próprios mercados, a exemplo da quebra do fundo Long-Term Capital Management, no final de 1998, marcado pela elevação de 20,0% no iene depois do colapso russo. No fundo, ainda existem fortes suspeitas da possibilidade de construção de um período de deterioração de fundamentos econômicos, tal como o que aconteceu na Ásia há quase dez anos.

É relevante atentar que qualquer correção de rumos, mesmo que não conduza a uma *déblace*, pode carregar ingredientes desestabilizadores como a diminuição da poupança fora da economia norte-americana, a impulsão dos juros e a redução da oferta

de crédito mundial, além da pronunciada desaceleração do ritmo de crescimento da produtividade dos EUA e o decorrente surgimento de pressões inflacionárias.

No caso brasileiro, por certo, o extraordinário desempenho das contas externas nos últimos anos, propiciando a redução da dívida e a acumulação e armazenagem de estoque de reservas internacionais superior a US\$ 100,0 bilhões em poder do Banco Central (BC), em regime de câmbio flutuante, pode representar arsenal suficiente para impedir a internalização de crises financeiras externas ou a diminuição da absorção doméstica em caso de interrupções bruscas das correntes de capitais vindos de fora.

Contudo, é prudente recordar que parte dos US\$ 70,0 bilhões de reservas disponíveis em 1998, com base em câmbio fixo oscilante em bandas monitoradas pelo BC, foi sugada pelos efeitos da decretação da moratória russa. Ademais, não é absurdo argumentar que, embora tenha o efeito de contribuir para a diminuição da vulnerabilidade externa do País, a multiplicação voluntária de reservas exige a emissão de dívida interna a custos superiores ao seu rendimento financeiro, estimulando a ampliação da entrada de capitais externos de curto prazo, por conta do diferencial de juros.

Não seria ocioso sublinhar que os solavancos nas praças financeiras externas podem ser maximizados internamente no Brasil pela pronunciada concentração da inserção externa do parque produtivo no segmento de *commodities*, pela açodada liberalização da conta de capitais do balanço de pagamentos, ensejando a transferência *on-line* de haveres voláteis das grandes empresas hospedadas no território nacional para a compensação de prejuízos amargados em outras praças, pelo reduzido grau de desenvolvimento do mercado financeiro, pela limitada capacidade de emissão de ativos com penetração internacional e pela ausência de iniciativas mais ousadas na direção da efetivação das reformas estruturais necessárias à redução dos custos e à melhoria da eficiência sistêmica da base econômica do País.

Tais interpretações foram corroboradas em encontro dos presidentes dos principais bancos centrais do mundo, realizado no começo de março de 2007 na sede do Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements – BIS), na Suíça, e podem ser explicativas das perdas acusadas pela Bolsa de Valores de São Paulo. Por enquanto, o exponencial avanço das exportações de *commodities* primárias, amparado na demanda chinesa, tem sido favorecido pela combinação virtuosa formada pela ampliação da quantidade demandada e dos preços, contrabalançando o menor volume de vendas externas dos demais bens e o atraso cambial. As dúvidas pairam sobre a capacidade de resistência dessa barreira.

Política cambial e crescimento econômico

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Há algum tempo, o debate econômico vem se concentrando na questão do câmbio. De um lado, posicionam-se os analistas que consideram natural o forte movimento de apreciação do real, ressaltando as melhores condições para o controle inflacionário, as vantagens para a importação de bens de capital e o aumento dos salários reais, entre outros benefícios proporcionados pela valorização cambial. De outro, encontram-se os defensores de medidas voltadas à reversão da tendência ascendente da cotação da moeda brasileira, com o objetivo de conferir maior competitividade à produção nacional.

Não obstante os válidos argumentos dos especialistas favoráveis à moeda valorizada, é certo que a taxa de câmbio exerce papel fundamental na promoção do crescimento das economias emergentes, conforme demonstram as evidências empíricas, o que torna preocupante a recente desaceleração do *quantum* exportado e a expressiva elevação dos volumes importados pelo País. Segundo dados do IPARDES, as quantidades exportadas pelo Brasil avançaram apenas 3,6% no acumulado de março de 2006 a fevereiro de 2007, no confronto com os doze meses anteriores, ficando abaixo, por exemplo, das variações registradas nos períodos encerrados em março e agosto do ano passado, que atingiram 8,2% e 4,0%, respectivamente (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DAS QUANTIDADES IMPORTADAS E EXPORTADAS - BRASIL - MAR 2006-FEV 2007

PERÍODO ACUMULADO DE 12 MESES ⁽¹⁾	VARIAÇÃO (%)	
	<i>Quantum</i> das Importações	<i>Quantum</i> das Exportações
Março 2006	6,8	8,2
Abril 2006	8,5	5,9
Mai 2006	7,3	4,7
Junho 2006	7,8	4,7
Julho 2006	9,8	4,3
Agosto 2006	8,9	4,0
Setembro 2006	10,7	3,7
Outubro 2006	14,0	4,8
Novembro 2006	16,3	3,5
Dezembro 2006	16,1	3,3
Janeiro 2007	17,2	2,9
Fevereiro 2007	17,8	3,6

FONTE: IPARDES

NOTA: A partir dos dados brutos do MDIC-SECEX.

(1) Período de doze meses, encerrado no mês especificado (base de comparação: doze meses anteriores).

Em sentido inverso, o *quantum* das importações nacionais cresceu a uma expressiva taxa de 17,8% nos doze meses terminados em fevereiro de 2007, muito acima dos resultados anotados nos acumulados finalizados em março (6,8%) e agosto (8,9%) de 2006, o que certamente vem interferindo no desempenho de determinadas atividades econômicas.

Em relação ao setor industrial, há indicações de impactos da apreciação cambial não somente sobre a produção física, mas também sobre o nível de emprego. Entre os segmentos manufatureiros mais intensamente penalizados pela trajetória do câmbio, sobressaem os ramos de vestuário, coureiro-calçadista e madeireiro, que apresentaram quedas de, respectivamente, -6,1%, -12,1% e -5,5% do pessoal ocupado no acumulado de março de 2006 a fevereiro de 2007, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em decorrência da retração da produção (tabela 2). No caso da indústria madeireira, a fraca performance derivou, em grande medida, da diminuição das quantidades exportadas, evidenciando a importância do mercado externo na absorção da produção setorial, ao passo que nos segmentos de vestuário e coureiro-calçadista houve também forte influência por parte do acirramento concorrencial imposto pelas importações.

Em paralelo, observa-se considerável incremento nos volumes importados pelos ramos mais intensivos em tecnologia, o que pode ser imputado às limitações competitivas da indústria nacional, em conjunto com a ampliação do consumo interno de bens de alto valor adicionado, propiciada, entre outros fatores, pelo aumento do poder de compra com a valorização do real. Cabe ressaltar, entretanto, que a pronunciada expansão das importações desses segmentos não reflete apenas as crescentes aquisições de produtos de consumo duráveis, sendo conseqüência também da ascensão das compras externas de bens de capital, o que sinaliza elevação dos investimentos na ampliação da capacidade instalada do setor industrial.

De qualquer modo, é inegável a atual discrepância entre a evolução do *quantum* das importações e o desempenho das atividades manufatureiras, não havendo dúvida quanto à preponderante influência do fator cambial

* Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

TABELA 2 - PRODUÇÃO FÍSICA, PESSOAL OCUPADO E *QUANTUM* DAS IMPORTAÇÕES - BRASIL - ACUMULADO DE MARÇO DE 2006 A FEVEREIRO DE 2007⁽¹⁾

ATIVIDADE INDUSTRIAL	VARIACÃO (%)		
	Produção Industrial	Pessoal Ocupado	<i>Quantum</i> das Importações
Indústria geral	2,8	0,2	15,9
Indústria extrativa	6,2	1,6	6,5
Indústria de transformação	2,6	0,2	17,9
Alimentos e bebidas	3,6	7,5	13,9
Têxtil	1,0	-0,8	33,0
Vestuário	-5,0	-6,1	25,5
Calçados e couro	-3,2	-12,1	12,1
Madeira	-7,1	-5,5	11,4
Papel e gráfica	1,9	-1,2	22,2
Refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	0,6	15,1	16,8
Produtos químicos	1,0	1,5	9,0
Borracha e plástico	1,4	-2,1	8,6
Minerais não-metálicos	2,5	-0,5	22,0
Metalurgia básica	4,4	2,3	17,4
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-0,9	1,0	21,3
Máquinas e equipamentos - exclusive elétricos, eletrônicos e de comunicações	5,8	-4,5	20,3
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações	7,6	3,3	21,2
Fabricação de meios de transporte	1,6	2,7	24,1
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	4,5	-0,1	19,8

FONTE: IPARDES

NOTA: A partir dos dados brutos do MDIC-SECEX.

(1) Variação no acumulado de março de 2006 a fevereiro de 2007, em comparação aos doze meses anteriores.

nas baixas taxas de crescimento da produção física e na estagnação do emprego da indústria geral. Por isso, são pertinentes as reivindicações de alguns segmentos empresariais para a correção da taxa de câmbio, tanto para o estabelecimento de condições concorrenciais justas quanto para a promoção das exportações.

Nesse sentido, verifica-se que aumentos significativos do *quantum* das exportações brasileiras nos últimos anos foram precedidos de razoáveis desvalorizações da taxa de câmbio real, o que garantiu resultados superiores aos do comércio mundial até o exercício de 2005 (tabela 3). Não por acaso, os países asiáticos emergentes, que praticam políticas de câmbio depreciado, vêm registrando há algum tempo relevantes taxas de crescimento do *quantum* das vendas externas, acima das variações das exportações nacionais e mundiais, criando condições para a elevação do peso relativo das referidas economias no Produto Interno Bruto (PIB) global.

TABELA 3 - TAXA DE CÂMBIO REAL E *QUANTUM* DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, MUNDIAIS E DOS PAÍSES ASIÁTICOS EM DESENVOLVIMENTO - 1999-2006

ANO	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL - BRASIL (base: 1998 = 100)	<i>QUANTUM</i> DAS EXPORTAÇÕES (%)		
		Brasil	Mundo	Países Asiáticos em Desenvolvimento ⁽¹⁾
1999	146,5	7,7	4,6	5,2
2000	153,8	11,0	13,0	20,4
2001	193,2	9,6	-0,5	0,5
2002	227,0	8,9	3,5	13,3
2003	248,0	15,6	6,0	16,3
2004	240,4	19,0	10,5	19,3
2005	205,2	9,5	7,0	17,3
2006	187,7	3,3	9,7	17,3

FONTES: BANCO CENTRAL, IPARDES, FMI, IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Grupo de 23 países asiáticos, incluindo China, Índia, Indonésia e Tailândia.

Sintomas e efeitos da desindustrialização

Gilmar Mendes Lourenço*

Os resultados mais recentes da balança comercial e do Produto Interno Bruto (PIB) revisado produziram munção adicional às avaliações dos meios econômicos acerca do aprofundamento de um curso de desindustrialização da abrangente e sofisticada base produtiva operante no Brasil e, por extensão, do aparecimento dos sintomas do fenômeno conhecido como “desgraça holandesa”, em alusão aos desdobramentos verificados a partir da melhora dos termos de intercâmbio daquela nação, ocasionada pela descoberta e exploração de gás natural em seu território, nas décadas de 1960 e 1970.

A perda de ímpeto de crescimento das exportações, o incremento expressivo das importações, o moderado acréscimo da produção interna de manufaturados e a redução da importância relativa da indústria na composição do emprego e da renda interna (de 36,0% para 27,0% do PIB no ano de 2005, de acordo com a nova metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), comum em economias maduras, representariam os sinais de um conjunto de distorções capazes de constrirem o potencial de crescimento de longo prazo e a geração de economias de escala e de impactos irradiadores de demanda para frente e para trás no País.

Acrescente-se a internacionalização das companhias brasileiras, incluindo a transferência de plantas produtivas para outros países. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) identificou 217 firmas industriais que investiram de forma direta no exterior, no intervalo de tempo compreendido entre 2001 e 2003.

Por certo, o encolhimento da dimensão relativa do setor industrial poderia ser imputado à proliferação da terceirização de diversas funções acessórias e/ou não finais e às modificações acusadas no perfil de consumo da população a partir da estabilidade monetária, propiciando deslocamentos de demanda da manufatura para os serviços, explicados pelos diferenciais de elasticidade renda.

Contudo, a terceirização representou um dos pilares da reestruturação defensiva (técnica e gerencial, inclusive com a acentuação da racionalização de processos), ocorrida no primeiro quinquênio dos anos 1990. Ademais, a tese do desvio de utilização final parece pouco defensável, diante dos reduzidos níveis de renda e de inclusão social da população prevaletentes no Brasil.

É fácil perceber casos de algumas atividades focos do ajuste modernizante e passivo dos anos 1990

e/ou do encaixe pleno nos ciclos expansivos observados pela economia mundial na segunda metade do decênio de 1990 e entre 2002 e 2006, inclusive como reflexo de dois pesados ajustes cambiais (1999 e 2002). Fora isso, a indústria brasileira vem amargando compressão de performance comparativamente tanto à produção de manufaturas de outros mercados emergentes (dentro e fora das fronteiras do País) quanto às demais frações do sistema produtivo doméstico, inclusive aquelas especializadas no uso intensivo de recursos naturais e/ou com diminuta presença de progresso técnico e/ou capacidade de agregação de valor.

Especificamente de 2004 em diante, a raiz dessa anomalia repousaria na forte apreciação da taxa de câmbio, grande responsável pela vitória contra a inflação, derivada da conjugação entre: a prática das maiores taxas de juros reais de curto prazo do planeta; os elevados saldos comerciais provocados pelo aproveitamento das oportunidades abertas pela continuidade da expansão da economia internacional e das cotações das *commodities* primárias (açúcar, etanol, café, suco de laranja, fumo e carnes, das quais Brasil é o maior exportador mundial) e minerais (que atingiram o dobro da média histórica); e a queda dos valores de amortização da dívida externa e dos prêmios de risco dos papéis brasileiros que, por sinal, estimulam novos ingressos de capitais e a formação de um círculo vicioso de valorização do real.

Na visão oficial, o elenco de elementos explicativos do retardo cambial estaria associado ao reforço dos fundamentos macroeconômicos brasileiros. Mas, paradoxalmente, ao praticar a estratégia de aquisição de moeda forte, no afã de conter a apreciação do padrão monetário nacional, o governo incorre em custos fiscais ocasionados pelos diferenciais entre as taxas internas reais de juros, próximas a 9,0% ao ano, e os juros reais médios internacionais, inferiores a 3,0% ao ano.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização*; e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Ao inibirem os elementos da demanda agregada, precisamente consumo, investimento, dispêndios públicos correntes e de capital e vendas externas, os juros altos arrefecem as possibilidades de multiplicação de ganhos de produtividade e, conseqüentemente, a competitividade dos ramos dedicados à fabricação de bens elaborados.

Do ângulo financeiro, a rodada de impulsão dos juros ocorrida em 2004 e 2005, derivada do alvo prioritário do Banco Central (BC) no combate à inflação, em meio a um ambiente benéfico para as vendas externas, facilitou a consolidação das operações de arbitragem sem risco. Essas modalidades de transações, destinadas ao aproveitamento da combinação entre o hiato de juros e a apreciação do real, foram viabilizadas pela abertura dos mercados de derivativos de juros e câmbio para investidores externos na Bolsa de Mercadorias e Futuros, desde o começo da presente década, e praticamente neutralizaram o declínio dos juros Selic do último ano e meio.

A adição dos desníveis de juros e de câmbio frente à média internacional propicia estimar ganhos não produtivos reais no Brasil de quase 2,5 vezes os juros mundiais internacionais acrescidos do risco-país, ou de mais de 130,0%, entre janeiro de 2003 e março de 2007.

A valorização cambial induz a troca de produção doméstica por similares procedentes do exterior

Ao mesmo tempo, a valorização cambial induz a troca de produção doméstica por similares procedentes do exterior, primordialmente nos segmentos de bens de consumo duráveis e intermediários e, em menor medida, na área de bens de capital, em face da persistência de dúvidas quanto à eficácia da política macroeconômica, beneficiando o funcionamento de atividades fora das fronteiras territoriais do País.

A esse respeito, a maior velocidade de expansão das vendas do comércio varejista *vis-à-vis* a produção industrial evidencia a cessão de parte do mercado interno à concorrência internacional, devido ao encolhimento das margens operacionais das organizações produtivas e à constituição de expectativas negativas quanto ao maior adensamento da matriz produtiva operante no Brasil.

Nesse sentido, relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹ revela que o coeficiente de penetração das importações (parte do consumo interno suprida com aquisições externas) passou de 5,2% em 1996 para 5,5% em 2006, representando pouco mais de um terço da média mundial.

Na indústria, o coeficiente saltou de 14,0% para 19,0%, em idêntico intervalo, com destaque para os ramos “diferenciados e baseados em ciência” (de 27,0% para 37,0%), que hospedam a metalmeccânica e a informática,

e os “intensivos em escala” (de 14,0% para 18,0%), que abrigam química, borracha, plásticos, metalurgia e automóveis. Já para os segmentos intensivos em trabalho, que abrangem têxtil, vestuário, couros, calçados e móveis, o coeficiente caiu da casa dos 8,0% entre 1996 e 1998, para 5,0% em 2003 e subiu para 10,0% em 2006.

O encurtamento do dinamismo industrial, também aferido pelo declínio do quociente entre os valores da transformação e da produção industrial (VTI/VBPI) para o intervalo 1996-2004, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia deterioração dos padrões de eficiência setorial em decorrência da menor agregação de valor por unidade de produção. Nesse particular, os ramos que experimentaram incremento proporcional do produto foram refino de petróleo, celulose, papel, açúcar, metalurgia e extração de minerais, bastante articulados ao mercado externo.

As maiores reduções aconteceram nos complexos de ponta como eletroeletrônicos, automobilístico e químico, e em encadeamentos tradicionais como madeira, couros, calçados e vestuário. Enquanto para a ponta a desindustrialização pode redundar em aprimoramento dos métodos de produção e alinhamento à matriz de custos internacional, associado à importação de equipamentos e insumos modernos, para as cadeias que ostentam reduzido conteúdo tecnológico e/ou se caracterizam como substitutivas de importações pode significar o rompimento de elos e a proximidade do fim ou da reconversão, não reversíveis por desonerações pontuais da folha de salários, conforme preconizado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Igualmente inócua é a decisão de elevação da tarifa do imposto de importação de calçados e confecções de 20,0% para 35,0%. A medida deve, de um extremo, incitar o declínio das compras externas e exercer pressões incrementais sobre a valorização do câmbio e, de outro, emitir sinais contrários à intensificação da abertura comercial. Isso é particularmente complicado para um país cuja corrente de comércio e importações representam cerca de 20,0% e 9,0% do PIB, respectivamente, contra 50,0% e 30,0% da média dos emergentes.

No final das contas, a orientação econômica, voltada exclusivamente ao controle da inflação e carente de ingredientes típicos de estratégias de longa maturação, centradas na definição de uma articulação ativa no panorama de expressivos incrementos da liquidez e da demanda física mundial, tem reservado ao Brasil a conquista e a consolidação de mercados menos nobres e mais voláteis, como aqueles especializados em recursos de base primária, em detrimento da busca de penetração em espaços intensivos em mão-de-obra e em tecnologia de ponta.

O mais gritante, porém, compreende o diminuto fôlego privado para anular, via ganhos de produtividade, as distorções construídas pela defasagem cambial, em ambientes de ainda fragilização da demanda interna,

perda de competitividade das vendas externas, concorrência das compras internacionais e de concentração da poupança em ativos financeiros.

Tal quadro é agravado pela exagerada passividade brasileira nas negociações internacionais, contentando-se, por exemplo, com a redução dos subsídios agrícolas praticado por Estados Unidos e União Européia, por ocasião da Rodada de Doha, em troca da intensificação da abertura dos mercados industriais domésticos.

Não por acaso, apurações da Fundação Dom Cabral demonstram que das 500 maiores empresas brasileiras em 1973, apenas 117 (23,0%) permaneciam figurando nessa categoria em 2005, tendo a sobrevivência forçado a adoção de posturas audaciosas de expansão, diversificação, incorporação de concorrentes e capacidade de antecipação aos cenários futuros.

Convém ter presente que as nações melhor encaixadas na fase ascendente do ciclo econômico

mundial perseguem o aprimoramento da competitividade, mediante o emprego de taxa de câmbio desvalorizada, da aplicação de incentivos e isenções de natureza tributárias, da ativação de mecanismos de financiamento de longo prazo e de outros instrumentos de política industrial.

Esses ingredientes, ao assegurar, em simultâneo, a multiplicação das expectativas de rentabilidade empresarial nos diferentes destinos de mercado (externo e interno), estimulam a formação de uma curva crescente dos investimentos em modernização de processos produtivos e de gestão e em ampliação de capacidade nominal.

A falta de percepção quanto à importância de assumir esses nobres compromissos vem condenando o Brasil a conviver com taxas de expansão econômica medíocres, as menores em diversas categorias comparativas de nações, inclusive naquela que inclui a etapa posterior à deflagração de planos de ajustamento macroeconômicos.

Nota

¹AUMENTO das importações não gerou desindustrialização. *Visão do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: BNDES, n.26, p.1-8, 29 mar. 2007.

A nova série do PIB brasileiro

Gilmar Mendes Lourenço*

A nova série de dados integrantes do Sistema de Contas Nacionais (SCN) brasileiro, que têm como carro-chefe o Produto Interno Bruto (PIB), variável síntese do desempenho econômico, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo o intervalo de tempo compreendido entre 2000 (ano base) e 2005 e apresentando estimativas preliminares para 2006, carrega aperfeiçoamentos estatísticos e metodológicos (tabela 1).

TABELA 1 - PRINCIPAIS INDICADORES DAS CONTAS NACIONAIS - BRASIL - 2000-2005

INDICADOR	EM % DO PIB					
	2000		2001		2002	
	Antigo	Novo	Antigo	Novo	Antigo	Novo
PIB real	1,3	1,3	1,9	2,7
Importação/PIB	12,2	11,7	14,2	13,5	13,4	12,6
Exportação/PIB	10,7	10,0	13,2	12,2	15,5	14,1
Corrente de comércio	22,8	21,7	27,4	25,7	28,9	26,7
Consumo final/PIB	80,0	83,5	79,8	83,3	78,2	82,3
Poupança/PIB	17,3	14,0	16,8	13,5	18,5	14,7
Taxa de investimento	19,3	16,8	19,5	17,0	18,3	16,4
Carga tributária bruta	31,6	30,4	33,4	31,9	34,9	32,3

INDICADOR	EM % DO PIB					
	2003		2004		2005	
	Antigo	Novo	Antigo	Novo	Antigo	Novo
PIB real	0,5	1,1	4,9	5,7	2,3	2,9
Importação/PIB	12,8	12,1	13,4	12,5	12,4	11,5
Exportação/PIB	16,4	15,0	18,0	16,4	16,8	15,1
Corrente de comércio	29,1	27,1	31,4	29,0	29,2	26,7
Consumo final/PIB	76,6	81,3	74,0	79,0	75,0	80,4
Poupança/PIB	20,4	16,0	23,2	18,5	22,2	17,1
Taxa de investimento	17,8	15,3	21,3	16,1	20,6	16,3
Carga tributária bruta	34,0	31,9	...	32,8

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

Os avanços empreendidos encerram mais uma etapa de um processo de incorporação de aprimoramentos nas técnicas de cálculo e nas bases de informações para a mensuração das Contas Nacionais, iniciado ainda em 1986, quando o IBGE recebeu, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a devolução da delegação para a realização das estimativas macroeconômicas do País, com base em padrões internacionais definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente pelo Manual do System of National Accounts, de forma a alcançar graus aceitáveis de comparabilidade das grandezas econômicas entre os diferentes países.

Cabe realçar a correção retroativa empreendida até o exercício de 1995, com o uso da técnica de retroposição – baseada na regressão dos pesos atualizados dos diversos segmentos econômicos, incluindo os mais dinâmicos recentemente tratados nas contas nacionais –, que, por sinal, mesmo desprovida de qualquer inclinação política, produziu uma transferência de crescimento do governo anterior para o atual.

Dentre os principais ganhos observados figura o emprego, na mensuração dos resultados, das contemporâneas, abrangentes e contínuas pesquisas anuais da indústria, comércio, construção e serviços, dos inquéritos de orçamentos familiares (POF, 2002) e do Censo Agropecuário de 1995. Houve, ainda, a ampliação do uso de informações de fontes externas ao instituto, como aquelas provenientes de registros administrativos, particularmente o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Receita Federal, e as apurações do Banco Central (BC).

Destacam-se, também, a medição mais adequada da contabilidade do governo, incluindo, além dos gastos de custeio e pessoal, os dispêndios em ativo fixo e a evolução do quadro funcional (em lugar da expansão demográfica). Igualmente notáveis foram a desagregação do setor agropecuário em segmentos com dinâmicas por vezes distintas, como lavouras e pecuária, e o acréscimo dos serviços de informação (informática, cinema, vídeo, televisão, rádio, agências de notícias, telefonia celular, internet banda larga etc.). No caso de intermediários financeiros, houve a inserção de informações sobre fundos, tarifas, ativos e passivos, fornecidas pelo BC, e a eliminação do componente *dummy* por meio da repartição dos serviços prestados pelas instituições entre os diferentes agentes usuários, especialmente as famílias.

Todavia, as iniciativas do IBGE ainda preservam algumas insuficiências e/ou pontos falhos, dentre os quais sobressaem o retardo do uso, nos cálculos, das investigações anuais preparadas desde o ano 2000;

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização*; e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

a ausência de estimativas trimestrais de volumes de investimentos, separadas em construção civil, infraestrutura e máquinas e equipamentos, tal como adotado em outros países; e a ainda frágil avaliação do consumo intermediário.

No fundo, ao acompanhar precipitadamente a prática mundial de ancorar as contas nacionais em pesquisas anuais probabilísticas, em lugar dos censos universais, principalmente em razão da insuficiência de recursos financeiros, o IBGE minimizou os efeitos da enorme distância temporal entre os dias atuais e a produção da derradeira referência estrutural às estimativas dos agregados econômicos, representada pelos Censos Econômicos de 1985.

Essa distorção dificultou a captação plena das profundas alterações estruturais verificadas na base produtiva brasileira em período recente, derivadas do fracasso de sucessivas tentativas (ortodoxas, heterodoxas e híbridas) de combate à inflação inercial, na segunda metade dos anos 1980, e dos efeitos da alteração do marco institucional do País, desde o começo do decênio de 1990, marcada pela inserção passiva do Brasil na globalização produtiva e financeira, nos moldes da cartilha neoliberal do Consenso de Washington.

*A revisão da série das
Contas Nacionais permite a
formulação de visões e a
preparação de interpretações
mais precisas e detalhadas da
realidade econômica brasileira*

Contudo, os procedimentos embutidos na revisão e atualização da série histórica do SCN garantem expressivo alargamento da confiabilidade nos novos resultados e permitem a formulação de visões e a preparação de interpretações mais precisas e detalhadas acerca da realidade econômica brasileira. Com a ampliação da dimensão do sistema econômico em quase 11,0% para 2005, com o PIB atingindo R\$ 2,15 trilhões, com a aplicação do método de revisão (R\$ 2,32 bilhões para 2006), houve natural modificação estatística em alguns parâmetros, como a diminuição do peso relativo da carga tributária, da taxa de investimento, das necessidades de financiamento e da dívida líquida do setor público, do superávit fiscal primário e do grau de abertura, e o acréscimo da renda *per capita*, pois o PIB constitui o numerador das principais relações macroeconômicas.

Por esse prisma, é razoável sublinhar que a obtenção de maior envergadura econômica com menores requisitos de investimentos advém primordialmente dos ganhos de produtividade auferidos desde os anos 1990, explicados pelos efeitos da

abertura comercial e financeira, das privatizações de alguns serviços de utilidade pública e da fração de reformas microeconômicas. Ainda nesse raciocínio, PIB maior e investimento menor alargam o hiato do produto e ocasionam folgas adicionais à política monetária.

Ademais, é interessante considerar que o PIB continua sendo mais um indicador, ou um sinalizador de direção, e menos um número com precisão perfeita. Nesse sentido, as novas inferências exprimem curvas de crescimento econômico fortemente influenciadas por ciclos de conjuntura, o que revela a reduzida incapacidade do sistema de gerar taxas de expansão mais encorpadas, capazes de assegurar, ao mesmo tempo, a melhoria da inserção internacional e o pagamento dos passivos internos no campo social do País.

O PIB do Brasil cresceu 3,3% a.a. entre 2003 e 2006 (investindo 16,1% do PIB), pouco acima da metade da média mundial e cerca de um terço da expansão observada pelas 20 nações consideradas emergentes, ficando em 17º lugar, à frente apenas do México, da Guatemala e do Zimbábue.

Uma observação retroativa propicia constatar que o incremento do PIB foi de 2,5% a.a. no intervalo 1995-1998 e de 2,2% a.a. no período 1999-2002 (com taxa de formação bruta de capital fixo de 16,5% do PIB), compreendendo o primeiro e o segundo mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que, agregados, sinalizaram variação de 2,3% a.a.

Ainda que os novos números não venham a provocar nenhuma revolução de conteúdo nas avaliações disponíveis sobre o aparelho produtivo brasileiro, devem ocorrer algumas poucas alterações de percepção e mudanças mais substanciais nos modelos de previsão econômica assentados no SCN, particularmente aqueles calibrados pelo BC.

No mais, a nova série tende a facilitar, confirmar e/ou conferir mais densidade à compreensão dos fenômenos acontecidos e, principalmente, ajudar na identificação de obstáculos e oportunidades e de alternativas de intervenção para a consolidação ou negação das tendências manifestadas. Imporá, ainda, o rearranjo para cima de algumas metas de política econômica, sobretudo do esforço fiscal e dos investimentos. Afinal de contas, quando as bases estatísticas são precárias, o passado é tão incerto quanto o futuro.

Já os números preliminares para 2006 denotam acréscimo real do PIB de 3,7% (3,5% do produto e 5,2% dos impostos), ante os 2,9% do cálculo anterior, justificado estatisticamente pela medição adicional de segmentos mais robustos em termos de dinamismo (itens de serviços e de tributos). Essa evolução representou pouco mais da metade da expansão de 5,1% estimada pelo Fundo

Monetário Internacional (FMI) para a economia mundial, colocando o País na 15ª posição entre os 19 latino-americanos, empatado com a Nicarágua e à frente de El Salvador, do Paraguai e do Haiti. Com isso, a dívida líquida do setor público situou-se em 45,0% do PIB, o superávit primário em 3,88%, o déficit nominal em 3,0%, a taxa de investimento em 16,8% e o montante de crédito em 30,8%.

A raiz desse fenômeno encontra-se assentada em fatores de demanda, constituídos pelo entrelaçamento de consumo do governo e das famílias, incentivado pelo

crédito e pelas transferências de renda, tendo relevância residual os elementos explicativos da oferta potencial como investimentos em educação e ciência e tecnologia.

Por sinal, os dispêndios correntes do governo subiram de 10,0% nos anos 1970 e 1980 para os cerca de 20,0% atuais, atingindo praticamente o mesmo nível dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e superior ao de emergentes como Coréia e Chile, ao redor de 14,0%. Mesmo assim, as cifras alocadas em educação chegam a 4,0% do PIB contra mais de 5,0% da média da OCDE.

O mercado de trabalho formal no Paraná: considerações sobre a (re)organização do trabalho produtivo

Silmara Cimbalista*

A concepção de mercado de trabalho contém peculiaridades, polêmicas e dificuldades em relação a outros campos que não os de viés econômico. O mercado de trabalho pode ser considerado como um segmento composto por ocupações de indivíduos com emprego, com algum tipo de contrato de trabalho formal e carteira de trabalho assinada, podendo ser entendido, numa dimensão social, como “um espaço de socialização do indivíduo” onde “o trabalho tem em sua essência um valor social que o acompanha desde as sociedades humanas menos complexas até o mundo atual”¹. Desse modo, tem-se convicção de que o trabalho na sociedade capitalista é atividade vital humana, um elemento central da vida e condição para a existência social, ou seja, regulador da vida em sociedade.

O presente texto dá início a uma série de interpretações sobre o trabalho formal e assalariado no Estado do Paraná, tendo como foco analítico a realidade da ocupação do trabalhador do setor industrial, utilizando, quando necessário, outros setores da economia para fins de análise e comparação.

Para se entender o cenário atual, cumpre observar como ocorreram as mudanças no que concerne à organização do trabalho produtivo e, por consequência, no mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista compreender o contexto das transformações ocorridas no cenário estadual.

A concepção de trabalho na sociedade ocidental vem sendo observada e transformada ao longo dos séculos, sendo que no Brasil não foi diferente. Sabe-se que a organização do trabalho produtivo está diretamente relacionada a um modelo de produção e a um momento do capitalismo.

Com relação a modelos, é importante levar em consideração as mudanças ocorridas em termos históricos pós-Segunda Guerra Mundial, evidenciadas na crise do sistema fordista de produção, que abre maiores perspectivas para o sistema Toyota, tomando-se uma resposta à crise do fordismo nos anos 1970.

Nesse momento, surge, em lugar do trabalho desqualificado, o trabalhador polivalente, em decorrência das novas exigências da organização trabalho. No contexto brasileiro, a indústria modifica as funções do trabalhador e altera as condições do trabalho em termos tanto organizacionais como tecnológicos – alguns aspectos do sistema de produção fordista são deixados

de lado, e a flexibilização passa a ser o “novo” padrão exigido pelo sistema de produção no trabalho.

Esse novo modelo de flexibilização, advindo do Japão, ocidentaliza-se nos Estados Unidos e chega ao Brasil nos anos 1980, com o firme propósito de modernização e o intuito de tornar as empresas mais produtivas e competitivas. Entretanto, acredita-se que na atualidade a passagem do paradigma fordista de produção para o sistema flexível vem sendo adaptada à indústria brasileira, ou seja, em muitas situações parece haver um “fordismo flexibilizado” – claramente observado na indústria automobilística.

Transformações de ordem mundial nos anos 1980 e 1990 levaram o setor industrial brasileiro a buscar inovações, como já ocorria nos países do Hemisfério Norte, mudando não só os incrementos de ordem tecnológica, mas também outras formas de gerenciamento dos trabalhadores, que resultassem em maior eficiência e menos conflitos, não só de ordem trabalhista, como também em termos de eficácia no cotidiano do trabalho. Foi um período marcado por avanços e recuos, e paulatinamente as empresas brasileiras foram introduzindo e se adaptando às técnicas japonesas de produção².

Apesar do uso de novas tecnologias e da modernização que vêm adentrando as empresas brasileiras desde os anos 1990, não houve ganhos imediatos com relação à melhoria das condições de trabalho. Estudos sobre processos produtivos no Brasil concluíram que esse processo aconteceu em momentos diferentes nas empresas e de forma limitada. Segmentos mais competitivos, como, por exemplo, o setor automotivo, indicaram “um processo mais sistêmico [...] ao contrário das expectativas dos estudos iniciais, quanto mais o processo se aprofunda, mais nocivos se mostram seus efeitos sociais”³.

A flexibilização do trabalho produtivo sugere que a produtividade do trabalho dependa do nível de conhecimentos teóricos, técnicos e práticos empreendidos pelo trabalhador, ou seja, a organização do trabalho industrial exige, com a flexibilização, a inserção de um

* Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do GETS (UFPR), professora da UNIFAE, técnica da equipe permanente desta publicação.

novo perfil de trabalhador. Esse perfil ocupacional forja o trabalhador para colaborar, aprender novos processos de trabalho, prever e solucionar problemas, trabalhar em grupo, assumir responsabilidades individuais e grupais e estar disponível para realizar várias tarefas em diferentes postos de trabalho, de acordo com a necessidade diária da empresa, sujeitando-o a mudanças de atribuições, tomando-o, assim, multifuncional e polivalente. Essa nova configuração na ocupação de um trabalhador “colaborador” muda significativamente a vida pessoal e profissional desse indivíduo e o seu gerenciamento nas empresas⁴.

A indústria brasileira dos anos 1990, em termos de suas bases produtiva, tecnológica e organizacional, envolveu não só empresas, mas também sindicatos, o Estado e organizações da sociedade civil, em prol da reinserção do País na ordem capitalista internacional, a qual, de forma subordinada ao ideário neoliberal, impôs uma resposta única para a crise estrutural que assolava os países periféricos.

Esse cenário promoveu transformações no processo de trabalho no interior das fábricas, encorajou outras formas de relações industriais, como a terceirização, introduziu tecnologias microeletrônicas, modificou o espaço social das discussões coletivas, alterou a produção industrial e, conseqüentemente, as ocupações,⁵ donde se deduz que a configuração do mercado de trabalho da estrutura produtiva identifica-se com o tipo de relação de trabalho e o de produção.

O mercado de trabalho brasileiro muda, porém algumas empresas reestruturadas produtivamente continuam a reproduzir um modelo antigo com aparência de novo, aqui denominado “fordismo flexibilizado” ou “sistema fordista flexível”. Ou seja, em meio às inovações tecnológicas, as empresas não cedem a um modelo de participação mais efetiva da força de trabalho com relação às decisões dentro do processo produtivo, imperando, ainda, o modelo taylorista/fordista – mudanças e resistência administradas em diferentes compassos. Observa-se, portanto, que não existe preocupação com a adaptação das técnicas de orientação japonesa a formas de gestão mais coerentes com as necessidades regionais, locais e do processo de modernização.

A reorganização do processo produtivo, com a inserção do modelo de trabalho flexibilizado, transformase, na verdade, baseando-se em circunstâncias de crise. Teoricamente, a criação do método de produção tencionava trazer uma nova forma de trabalhar transformando a realidade do homem produtivo. A título de exemplo dessas transformações, vale citar a representatividade da indústria automobilística, setor que já nasceu na modernidade organizacional, considerado pioneiro no processo de reestruturação

tecnológica, revelando ser um dos mais dinâmicos setores da economia, com papel significativo na esfera da produção, da integração das cadeias produtivas e do emprego.

Desse exemplo, cabe lembrar o Regime Automotivo Brasileiro, instituído em 1995, que, em termos de políticas específicas para o setor, segundo a política industrial definida pelo governo federal, consistiu numa política de objetivos de médio prazo, indutora de investimentos e de equilíbrio na balança comercial setorial, envolvendo autopeças e veículos. Essa iniciativa foi desenhada a partir do reconhecimento do importante papel estratégico do setor automotivo no processo de desenvolvimento da economia brasileira e sua inserção no mapa econômico do mundo.⁶

O regime concedeu a redução de impostos de importação às montadoras de automóveis (entre 90% e 100%) para compras de bens de capital, autopeças e componentes, sob o compromisso de adquirirem no mercado interno montantes equivalentes às importações, que, por sua vez, estavam condicionadas a: desempenho exportador da empresa; isenção do imposto de renda sobre os lucros e de outros tributos domésticos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); redução de 50% nas alíquotas dos veículos importados pelas montadoras; e limite mínimo de 60% para o índice de nacionalização da produção. O regime não só criou uma nova fonte de gastos públicos federais como também abriu o precedente para a guerra fiscal entre os governos estaduais.

Em meio a essa guerra fiscal, o Paraná inaugurou uma nova fase de industrialização no Estado. Com vistas em promover a industrialização a partir da atração de capital estrangeiro e modificar a estrutura industrial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o governo do Estado, entre 1995 e 1999, visando à geração de empregos diretos, em programa denominado Paraná Mais Empregos, concede incentivos para atrair novas indústrias para a região.

O programa previu “o incentivo diferenciado para alguns gêneros, revelando o caráter seletivo e prioritário no processo de atração de novos investimentos”⁷. Além do Programa, outros incentivos foram concedidos, tais como isenção de IPTU, doação de terrenos e dotação de infra-estrutura, sendo que a RMC recebeu parcelas significativas dos novos investimentos sob o impacto da chegada de novas atividades, sobretudo das montadoras de automóveis.

O padrão locacional da indústria automobilística brasileira mudou para outros centros produtivos na década de 1990. No caso do Paraná, “cuja participação antes de 1995 era ínfima, contando apenas com um estabelecimento do setor e que após 1996, passa a

responder por 30% dos novos investimentos; seguido por Minas Gerais, com 9,5%, além das implantações na Bahia, Goiás, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.⁷⁸

A par disso, verifica-se que o mercado de trabalho no Estado do Paraná, assim como o perfil industrial,

alterou-se de modo significativo a partir da metade dos anos 1990 aos dias de hoje e, em decorrência destas mudanças, agregadas à modernização produtiva, gerou, indubitavelmente, transformações de diferentes modos e exigências nas ocupações do setor industrial.

Notas

¹TAFNER, P. **Brasil: o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade**, 2006. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.307.

²CIMBALISTA, Silmara. **Adversidades no trabalho: a condição de ser trabalhador no sistema de produção flexível na indústria automobilística brasileira**. Florianópolis, 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

³LEITE, Márcia de P. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.70.

⁴CIMBALISTA, 2006.

⁵Para correlação sobre mudanças na ocupação anos 1980 e 1990, ver ACSELRAD, H. **Ajuste produtivo e matrizes ocupacionais regionais na indústria brasileira 1989-1994**. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/venc/artigos/54.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2006.

⁶BRASIL. Presidência da República. **Modernização empresarial e produtiva**. In: _____. **Nova política industrial: desenvolvimento e competitividade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/novpoli3.htm>. Acesso em: 16 out. 2006.

⁷ARAÚJO, S. M. de; FIRKOWSKI, O. L. C.; MOTIM, B. M. L. **Indústria automobilística no Paraná: implicações sobre o emprego e as relações de trabalho**. In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. A.; CARVALHO NETO, A. M. (Org.). **Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.369.

⁸ARAÚJO; FIRKOWSKI; MOTIM, p.374.

O Fórum Social Mundial e o Paraná

Agemir de Carvalho Dias*

O Comitê Pró-Fórum Social Mundial no Paraná - 2009 formalizou, junto ao Comitê Brasileiro de Organização e ao Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, a candidatura de Curitiba à sede da nova edição do evento, com apoio do governador Roberto Requião e do prefeito de Curitiba Carlos Alberto Richa.

O Fórum Social Mundial (FSM) é um movimento cuja característica principal é a pluralidade presente na sociedade civil, representada pela atuação do segmento organizado em forma de Organizações Não-Governamentais. Em sua *Carta de Princípios*, o FSM se define pela diversidade de opiniões e posições, negando qualquer atrelamento governamental ou partidário. Opta pela descentralização, pela articulação em rede, pelo pacifismo e pela democracia.

Um dos aspectos importantes do FSM consiste em não representar nenhuma ideologia específica, contando com a participação de todo tipo de ONG. O que une as entidades e as leva à participação no Fórum é mais um sentimento – o de que um outro mundo é possível – do que um programa específico.

Sua primeira edição aconteceu em 2001, em Porto Alegre, com a participação de 1.500 organizações e 4.702 delegados. Na segunda edição, em 2002, também na capital gaúcha, o número de organizações participantes aumentou para 4.909, e o de delegados (de 123 países), para 12.274. No último Fórum, realizado em 2007, em Nairóbi, o número estimado de participantes foi de 50 mil.

A terceira e a quinta edições do FSM aconteceram igualmente em Porto Alegre; a quarta, em Mumbai (Índia). A edição de 2006 foi policêntrica: em Bamako (Mali), Caracas (Venezuela) e Karachi (Paquistão). Em 2008, serão feitas mobilizações em várias partes do mundo, e para 2009 está programada a sua nona edição, em local ainda não escolhido pelo comitê organizador.

O FSM é considerado o movimento dos movimentos sociais. Sua trajetória iniciou-se como uma reação à política neoliberal implantada durante os governos Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, na Inglaterra. Nasceu do antagonismo a um modelo consensual de ordem econômica, patrocinado pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O movimento neoliberal está representado no Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente na cidade suíça de Davos.

A visão neoliberal partiu da idéia de que a economia no Ocidente perdia eficiência devido a um Estado provedor. Nesse sentido, fazia-se necessário tirar o peso do Estado sobre a sociedade, pois esse peso recaía justamente sobre os setores mais dinâmicos da economia, impedidos por diversos entraves de aumentar ainda mais a sua produtividade.

Várias medidas foram sugeridas para “destravar” a economia: privatizações de empresas públicas, extinção de monopólios estatais, desregulamentação da legislação trabalhista, diminuição dos gastos públicos, fim de subsídios, extinção de programas públicos de proteção a pessoas carentes, flexibilização de legislação ambiental, entre outras. Essa política tornou-se global a partir da queda do muro de Berlim, pois o colapso dos países socialistas tornou ainda mais questionável a idéia de um Estado Provedor. A ausência de um discurso contraditório ao projeto globalizante neoliberal criou um vácuo, que levou à crença por parte de alguns de que havíamos chegado ao fim da história.

O pólo contraditório ao movimento globalizante neoliberal não veio de um Estado ou partido político em particular, mas foi resultado dos diversos movimentos da sociedade civil, denominados genericamente Organizações Não-Governamentais (ONGs). Essas instituições trabalham com os mais variados temas, tendo em comum o envolvimento com os excluídos pelo desenvolvimento econômico predatório. As ONGs, nesse caso, não se confundem com os movimentos clássicos de trabalhadores. A diversidade temática que perpassa toda sociedade faz parte dessa miríade de organizações que lutam por um mundo diferente.

Paradoxalmente, o FSM é uma expressão da sociedade civil organizada, e essa expressão cresceu à medida que o Estado foi deixando de atender às demandas da sociedade, como parte da política neoliberal.

Outro paradoxo é que, enquanto o discurso neoliberal aparece como hegemônico e consensual, tornando-se uma espécie de verdade universal, o discurso do FSM ainda não estabeleceu consensos que possam ser colocados como um programa alternativo ao neoliberalismo. Assim, o Fórum levantou diversos alertas da sociedade civil aos governos e à humanidade. Como cada ONG, em geral, tem características locais, e

* Sociólogo, técnico da equipe permanente desta publicação.

particulares, o FSM acabou representando um caleidoscópio multicultural, alertando para os perigos que os povos estão enfrentando em um mundo guiado por uma lógica segundo a qual tudo o que é local encontra-se em fase de dissolução diante do global. Entende-se, assim, o insistente protesto contra marcas internacionais como Coca-Cola, McDonalds, Wal-Mart, Shell e outros símbolos do mundo globalizado.

Não que o FSM não se utilize de importantes redes mundiais de ONGs globalizadas, que vão desde as tradicionais organizações dos trabalhadores, como a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), até os movimentos religiosos, como o movimento ecumênico representado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), ou novos movimentos sociais preocupados com o meio ambiente, como o Greenpeace. Nesse sentido, trata-se aqui de uma outra globalização, a dos movimentos sociais que acabam se influenciando mutuamente e que se transformaram em uma grande rede mundial, com significativo poder de mobilização.

Dos alertas feitos pelo FSM, aqueles referentes à água e ao meio ambiente tornaram-se as maiores preocupações para os povos e para os governos. A recusa dos Estados Unidos da América (EUA) a assinar o Protocolo de Kyoto tornou o Governo Bush o principal inimigo dos movimentos ambientalistas. O programa neoliberal ainda não apresentou uma proposta para o problema ambiental. O modelo de desenvolvimento cuja lógica estabelecida é a do aumento do consumo está cada vez mais se mostrando inviável do ponto de vista dos recursos naturais disponíveis no planeta. Tais recursos não seriam suficientes para suportar o expressivo incremento do consumo, o que coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade. Diante dessa visão apocalíptica, muitos pensam na construção de um desenvolvimento baseado em outra lógica.

O FSM não propôs ainda um modelo de desenvolvimento, tendo apresentado apenas uma gama enorme de idéias e experiências locais que apontam para soluções parciais dos problemas enfrentados pela humanidade. Algumas dessas soluções locais colocadas em prática por ONGs já se tornaram políticas públicas. No Brasil, tem-se o combate à mortalidade infantil pela Pastoral da Criança, que associou o envolvimento comunitário a soluções caseiras de combate à subnutrição – um dos principais instrumentos para que o País alcance a meta do milênio nesse quesito. Outro exemplo é o programa de cisternas na região semi-árida nordestina, que começou como iniciativa de ONGs, mas que agora já se incorporou às políticas públicas do governo brasileiro.

As ONGs trabalham mais propositivamente do que antagonicamente em relação ao modelo socioeconômico dominante. Nesse sentido, muitas delas acabam se tornando parceiras do Estado na implementação de programas que beneficiam a população.

Um grande número das organizações do FSM trabalha com os novos temas éticos ligados ao desenvolvimento. A Segurança Alimentar é um deles. No Governo Lula, a garantia à alimentação dos mais pobres é a grande preocupação, transformando-a em política pública por meio do Programa Fome Zero e do Bolsa Família.

No Estado do Paraná, um outro programa de Segurança Alimentar foi levado a efeito com o combate à utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Muitas ONGs se preocupam com essa temática e atuam em projetos no mundo inteiro, auxiliando o produtor rural com tecnologia alternativa aos OGMs, certificando produtos orgânicos ou conscientizando a população em relação aos perigos do consumo de transgênicos.

Outro paradoxo do FSM é o fato de seu poder de mobilização depender das tecnologias do mundo globalizado. O FSM provavelmente não se constituiria, não fosse o advento de novas tecnologias de informação como a Internet, conjugada com a liberdade e a rapidez de locomoção dos indivíduos.

O uso da Internet pelas ONGs mostrou-se eficaz para a mobilização de ativistas pela primeira vez na conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999, em que mais de 50 mil pessoas protestaram contra a reunião e impediram que a mesma se realizasse. Esse é considerado um marco da reação da sociedade civil contra o poderio das Organizações Econômicas Internacionais.

A “batalha de Seattle” foi um dos fatores que levaram à idéia da construção do FSM, mas não o único. Na Rio-92, houve o primeiro grande encontro de ONGs preocupadas com as questões ambientais, cabendo lembrar que ONGs que lidam com meio ambiente podem ter diversas articulações, como era o caso do já extinto Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que mantinha vários programas no Brasil com interesses em meio ambiente, educação popular, combate ao racismo e que detinha uma rede de contatos com instituições internacionais de apoio ao desenvolvimento social e fundações americanas e européias. Esses programas do CEDI transformaram-se em ONGs diversas, como o Instituto Sócio-Ambiental, Ação Educativa e Koinonia.

As ONGs, em nosso país, articulam-se na Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), fundada em agosto de 1991. A ABONG é uma das organizações fundadoras do FSM e uma das mais importantes instituições desse âmbito em nível internacional. O Brasil é presença importante no FSM, participando com uma das maiores delegações. A ABONG, nesses quinze anos de existência, ajudou na articulação da Rio-92, na formulação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na constituição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Cúpula Mundial de Alimentação (Roma, 1996) e de outros eventos nacionais e internacionais. Foi a partir de 2001 que a ABONG

conseguiu uma visibilidade maior, tanto no Brasil quanto no exterior, com a organização e a realização do primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

A forma de mobilização do FSM contribuiu significativamente para a construção da cidadania global. Surge um novo tipo de militante, que utiliza a tecnologia da Internet tanto para protesto quanto para mobilização. Essa mobilização tem a característica de ser difusa e alcança um público diverso. Criou-se, assim, uma sociedade em rede na qual a participação no FSM pode se dar por motivações diversas. A unidade do movimento encontra-se no combate ao neoliberalismo e ao imperialismo, que é um dos aspectos apontados

como delimitação política pela *Carta de Princípios* do FSM. A sociedade civil em rede deixa de ser comunidade virtual para transformar-se em comunidade real em eventos como o FSM. As implicações desse processo levantam questões a respeito do conceito de cidadania, com os interesses deixando de ser exclusivamente nacionais, tornando-se globais.

As preocupações levantadas pelo FSM a respeito do desenvolvimento sustentável, da democracia participativa, da superação da fome e da preservação do meio ambiente inserem-se na perspectiva de que o atual modelo de desenvolvimento coloca a vida em perigo, incluindo a do próprio gênero humano. Pretende-se com o FSM expressar esse alerta.

A marcha ascendente dos bancos

Gilmar Mendes Lourenço*

Levantamentos preparados pelo Banco Central (BC), baseados nos balanços das 104 instituições financeiras atuantes no Brasil, constataram uma curva ascendente da rentabilidade desse segmento empresarial, desde os primórdios da estabilidade monetária, a partir do lançamento e da consolidação do real. Os cálculos do BC consideram a relação lucro líquido sobre patrimônio como parâmetro explicativo da rentabilidade (ou da capacidade de retorno) das corporações e excluem os resultados gerados por transações com cartões de crédito, seguros, previdência privada e consórcios.

As apurações exprimem o alcance de rentabilidade recorde dos bancos por dois anos consecutivos (2005 e 2006), apesar da estratégia de redução de juros praticada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC desde a segunda metade de 2005. No exercício de 2006, o lucro dos intermediários financeiros no Brasil atingiu o montante de R\$ 33,4 bilhões, correspondendo a 23,0% do patrimônio, contra R\$ 28,3 bilhões em 2005, ou 22,6% do ativo.

A derradeira intervenção do PROER aconteceu em 1997, com a operação de socorro ao Bamerindus, vendido ao HSBC em 1998

O indicador de rentabilidade situou-se acima ou próximo do patamar de 20,0% durante praticamente todo o lapso temporal compreendido entre 1996 e 2006, tendo apresentado desempenho negativo apenas nos anos de 1996 e 2001, em razão das perdas com créditos podres de agências públicas como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, forçando operações de readequação, incluindo a injeção de recursos do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 8,0 bilhões e R\$ 9,0 bilhões, respectivamente. Na esfera das entidades privadas, a derradeira intervenção no âmbito do Programa de Reestruturação dos Bancos (PROER) aconteceu em 1997, com a operação de socorro ao Bamerindus, vendido ao HSBC em 1998.

No período em foco, segundo as demonstrações financeiras consultadas, a arrecadação proveniente dos juros de empréstimos variou 137,0%, e a de aplicações em títulos públicos, 119,0%. Já o faturamento derivado da cobrança de tarifas bancárias cresceu quase 300,0%, efeito da elevação dos preços dos serviços e do número de clientes, saindo de R\$ 12,1 bilhões em 1996 para R\$ 47,5 bilhões em 2006, bastante acima dos gastos com salários, que sofreram incremento de 55,0%, passando de R\$ 24,9 bilhões para R\$ 38,7 bilhões.

Com isso, o índice de cobertura (salários/tarifas), empregado para aferir a eficiência da atividade, elevou-se

de 48,0% para 123,0% no intervalo, reflexo de um ambiente de reduzido grau de competição e apreciável concentração técnica e econômica das atividades bancárias. Tanto é assim que os cinco maiores lucros individuais em 2006, contabilizados por Itaú (R\$ 6,9 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 6,0 bilhões), Bradesco (R\$ 5,0 bilhões), Caixa Econômica Federal (R\$ 2,4 bilhões) e Unibanco (R\$ 1,8 bilhão), se agrupados, responderiam por 66,2% do total. Em ativos totais, o *ranking* é liderado por Bradesco, Itaú, ABN Real, Santander e Unibanco.

Especificamente com respeito ao ano de 2006, confirma-se a substituição dos ganhos inflacionários, derivados do antigo *floating* sobre os depósitos à vista não-remunerados, pelo lucro acoplado aos *spreads* e à cobrança de tarifas. Enquanto a taxa Selic caiu 4,75 pontos percentuais (p.p.), os *spreads* (diferença entre preço do crédito na ponta para as empresas e consumidores e o custo de captação) recuaram apenas 1,4 p.p. Ao mesmo tempo, apesar da redução de custos médios provocada pelo maior volume de crédito contratado nos últimos anos, as tarifas passaram de 6,5% das receitas totais em 2004 para quase 18,0% em 2006, segundo a Consultoria Austin Rating.

Tais contrastes podem ser imputados ao reduzido grau de competição entre os bancos. O ingresso de bancos internacionais no País desde a reforma financeira dos anos 1990, em ambiente de reduzida oferta de crédito produtivo, favoreceu a realização de operações concentradas em papéis públicos, tanto por agências privadas quanto por públicas. Com respeito às tarifas, a ausência de padrões unificados de designação dos serviços bancários, por parte do BC ou mesmo da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), prejudica a realização de exercícios comparativos pelos clientes correntistas, aplicadores ou mesmo por tomadores de recursos.

No começo de 2007, os bancos atuantes no Brasil praticavam taxas médias de juros de 40,0% a.a., as menores desde julho de 2000, sendo 74,0% a.a. para empréstimo pessoal e 33,0% a.a. para operações em consignação.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização*; e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Os governadores e o presidente

Gilmar Mendes Lourenço*

O encontro acontecido entre o Presidente Lula, seus principais ministros e os 27 governadores de estado, no dia 6 de março de 2007, em Brasília, poderia consubstanciar um embrião de entendimentos para a construção de um contemporâneo arranjo federativo e de arrecadação de impostos, menos nocivo aos agentes econômicos e sociais do País, não fosse a prevalência de acertos pontuais voltados à preservação do fluxo de caixa dos entes envolvidos.

Como de costume, a pauta de discussão de catorze pontos esteve concentrada na defesa e/ou na rechaça de bandeiras antigas, como a transferência de 30% da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) – 20,0% para estados e 10,0% para municípios –, carimbada para a área de saúde; a readequação das regras de ressarcimento dos prejuízos provocados pela isenção do ICMS nas vendas externas de produtos básicos e semi-elaborados (Lei Kandir); a partilha das receitas provenientes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e a ampliação da repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) de 29,0% para 46,0%, incidente sobre a comercialização de combustíveis.

Evidentemente, o elevado apetite tributário da União, em perfeita sincronização com as necessidades de financiamento do setor público (pelas vias das despesas correntes e financeiras), ensejou o descarte do atendimento de demandas demasiadamente complexas, fora do debate dos pactos federativo e tributário.

Porém, a dependência fiscal, por parte do Executivo central, da aprovação da prorrogação do prazo de vigência da CPMF e das Desvinculações das Receitas da União (DRUs), duas saídas improvisadas para o reforço do caixa da União por mais de uma década, conduziu ao aceite de alguns pedidos e à promessa de estudos mais aprofundados para outros na órbita dos requerimentos de varejo da Federação.

Em linhas bastante sumárias, o governo acatou as idéias de modificação dos critérios de partilha dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB (dado que a educação básica é atribuição de estados e municípios), de quitação de passivos renegociados pela União por intermédio de financiamentos oriundos das instituições privadas, a juros e prazos melhores, e de realização de leilões da

dívida ativa. Houve, ainda, a promessa de exame do não contingenciamento das verbas dos Fundos Nacional de Segurança e Penitenciário, da desoneração das empresas de saneamento básico do recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) e da COFINS, da liberação dos recursos em caução desde as rolagens das dívidas, na década de 1990, e da permissão da desvinculação de 20,0% das receitas dos estados.

O projeto de reforma tributária do governo contempla a instituição de dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs), um federal e outro estadual

Afora essas questões pontuais, o elemento estrutural que permeou a reunião consistiu na apresentação, pelo Ministro da Fazenda, de um projeto de reforma tributária bastante semelhante àquele esboçado na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A proposta contempla a instituição de dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs), um federal e outro estadual, em substituição a outros cinco vigentes, com legislação e regulamentação nacional.

O IVA federal seria composto pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo Programa de Integração Social (PIS), pela COFINS e pela CIDE, e entraria em vigor em cerca de três anos. Já o IVA estadual sucederia o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de arrecadação das instâncias subnacionais, e seria cobrado no destino de comercialização (e não mais na origem de produção, exceto petróleo e energia) com base em alíquotas estabelecidas conforme parâmetros definidos pelos estados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), obedecendo a um intervalo temporal de transição de cinco anos. Vale lembrar que

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização*; e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

a arrecadação do ICMS aumentou 46,0% entre 1997 e 2006, já descontados os efeitos inflacionários.

Mesmo sendo passível de críticas e reparos, o fato de essa espécie de relançamento do assunto reforma tributária, na agenda de conversações políticas, carregar o apoio do governador de São Paulo, José Serra, configura uma sinalização positiva às iniciativas de busca do aprimoramento da eficiência do sistema produtivo brasileiro e de eliminação da famigerada guerra fiscal.

Por fim, chamou a atenção, no encontro entre o presidente e os governadores, o descaso com a restauração dos mecanismos dirigidos ao desenvolvimento regional, especialmente aqueles destinados à minimização das disparidades entre os diferentes espaços geográficos, e com a necessidade de instituição de princípios de ações conjuntas entre os Ministérios das Cidades e da Integração Regional, na descoberta de oportunidades e na motivação dos atores sociais.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro***

AGROPECUÁRIA

ExpoLondrina fatura R\$ 170 milhões

A ExpoLondrina, realizada pela Sociedade Rural do Paraná (SRP) em meados de abril, faturou aproximadamente R\$ 170 milhões com o comércio de espaços e negócios fechados por expositores. Dentre estes, os leilões bovinos, eqüinos, muares e ovinos totalizam mais de R\$ 15 milhões. A venda de animais na edição de 2007 foi 113,5% superior à do ano passado.

ITO, Adriana. Exposição comercializa 166 milhões. **Folha de Londrina**, 24 abr. 2007, Economia, p. 3.

ROCHER, José. ExpoLondrina termina hoje com faturamento de R\$ 170 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 abr. 2007. p. 24.

EXPOLONDRINA fatura R\$ 18 milhões. **O Estado de S. Paulo**, 25 abr. 2007, Agrícola, p. 17.

AGROINDÚSTRIA

Complexo aviário em Campo Mourão

O município de Campo Mourão, no noroeste do Estado, será sede da Frangobrás, um complexo aviário de R\$ 40 milhões. O projeto conta com um frigorífico, uma fábrica de ração e um centro de pesquisa em nutrição e manejo animal. Ocupará uma área construída de 30 mil metros quadrados.

O montante investido inclui financiamento de R\$ 22,7 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Globoaves, de Cascavel, possui 25% da nova empresa. A prefeitura de Campo Mourão forneceu aos investidores o terreno de 50 alqueires e a terraplanagem.

Cerca de 30 mil aves por dia devem ser abatidas a partir de fevereiro de 2008, com um faturamento esperado de R\$ 10 milhões por mês. Prevê-se o retorno do investimento em cinco anos. A produção, voltada para a exportação, inicialmente envolverá frangos inteiros e de corte.

CARNIERI, Helena; SANCHOTENE, Marco. Campo Mourão vai estrear na industrialização de aves. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 mar. 2007. p. 22.

LIMA, Marli. Frangobrás deverá estrear em 2008. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 mar. 2007. Empresas, p. B16.

Paraná absorve investimentos no setor sucroalcooleiro

O setor sucroalcooleiro paranaense voltou a chamar a atenção de investidores. Espera-se que o Estado receba investimentos de US\$ 2 bilhões, direcionados a cinco novas usinas, nos próximos dois anos. De acordo com a Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool do Paraná (ALCOPAR), o Estado conta atualmente com 29 unidades produtoras e pretende aumentar sua produção de cana-de-açúcar em 25%.

A usina Usaciga, da Cidade Gaúcha (Norte do Paraná), assinou contrato de intenção de compra como o grupo inglês Clean Energy Brazil (CEB), que pretende investir na ampliação da usina. Atualmente, ela conta com capacidade de moer 2,5 milhões de toneladas de cana ao ano. O grupo CEB, que terá 49% do capital da Usaciga, planeja investir na construção de outra usina no Paraná, na cidade de Santa Mônica.

Segundo a ALCOPAR, há mais dois projetos em andamento. Uma usina está sendo construída em Umuarama (por um empresário do ramo de cosméticos) e deverá entrar em operação na safra 2007/08. O outro projeto é uma iniciativa da Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (COROL), que construirá sua segunda unidade no noroeste do Estado.

Para a safra 2007/08, estima-se uma produção estadual de cana de cerca de 35 milhões de toneladas.

SCARAMUZZO, Mônica. Paraná vai ter aporte de US\$ 2 bi em usinas. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 mar. 2007. Empresas, p. B13.

Araucária receberá usina de Biodiesel

A Brasbiofuel, parceria entre investidores do Brasil e da Itália, aplicará cerca de R\$ 480 milhões na construção de um complexo de biodiesel à base de sementes de girassol. O projeto prevê a construção de três unidades produtivas. A primeira delas deve iniciar atividades em janeiro de 2008, em Araucária, na

*Elaborado com informações disponíveis entre 01/03/2007 e 30/04/2007.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Região Metropolitana de Curitiba. As demais devem entrar em operação nos próximos cinco anos e, provavelmente, serão instaladas na região norte do Paraná e em Santa Catarina.

A empresa prevê uma produção de 360 milhões de litros de biodiesel por ano em cada uma das unidades. A maior parte das sementes de girassol (cerca de 1 bilhão de toneladas) será importada da Ucrânia, pois a oferta brasileira não chega a 15% desse total. Entretanto, a empresa pretende incentivar o aumento da produção mediante parcerias com alguns órgãos, entre eles a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Paraná (FETAEP), a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Estuda-se, também, a utilização de algodão, canola e pinhão-mansão.

Entre as empresas que já assinaram contratos de intenção de compra do produto estão a norte-americana First Americana Petroleum, a holandesa Petrobras e a suíça Europe Oil.

FÉLIX, Rosana. Empresa pretende produzir 1 bilhão de litros de biodiesel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 mar. 2007. p. 23.

SAIKI, Lyrian. Empresa anuncia usina de biodiesel no PR. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 21 mar. 2007. p. 26.

Corol investe em moinho de trigo

A Corol Cooperativa Agroindustrial, localizada em Rolândia, está investindo R\$ 30 milhões na construção de um moinho de trigo. Desse total, 70% será financiado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

As novas instalações terão 12 mil metros quadrados, e prevê-se o início dos trabalhos de industrialização para o fim de 2008. A cooperativa terá capacidade inicial de moagem de 128 mil toneladas de farinha e farelo, e também pretende produzir massas.

ZANON, Erika. Corol anuncia projeto de moinho de trigo. **Folha de Londrina**, 24 mar. 2007. Economia, p. 1.

Unifrango instala-se em Apucarana

No norte do Estado, o município de Apucarana está recebendo R\$ 40 milhões para a instalação da Unifrango Agroindustrial. O investimento será empregado na construção de um complexo formado por uma unidade de abatimento de frango de corte, um centro de distribuição e um terminal ferroviário de movimentação de mercadorias. O terminal deve gerar economia de 20% a 25% nos custos de transporte. Será construído em uma área de 36 hectares, cedida pela Prefeitura.

O projeto tem expectativa de abater 150 mil aves por dia e de armazenar 25 mil toneladas de carne. Pretendem-se criar 2 mil vagas de emprego direto.

GRUPO avícola investe R\$ 40 mi em complexo. **Folha de Londrina**, 29 mar. 2007. Economia, p. 4.

ROCHER, José. Grupo vai usar ferrovia para levar frango até Paranaguá. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 mar. 2007. p. 34.

UNIFRANGO investe. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 mar. 2007. Empresas, p. B14.

Produção de queijos Witmarsum

A cooperativa da colônia alemã Witmarsum produz hoje 14 variedades de queijos finos. A antiga produção de leite acabou dando espaço para a nova linha, desde 2003, quando investiu R\$ 300 mil e comercializou 3 toneladas de queijo. Em 2006, a receita de R\$ 1,1 milhão decorreu da produção de 54 toneladas. Para este ano, a expectativa é de 70 toneladas.

Os cuidados exigidos com transporte e controle de temperatura tornam Curitiba o principal destino da produção da Witmarsum, consumindo entre 70% e 80% dos queijos.

LAUFER, Felipe. Queijo suíço com sotaque paranaense. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 abr. 2007. p. 26.

Biodiesel à base de soja em Tibagi

O Instituto Gene, de Blumenau (SC), está representando um grupo de investidores europeus no projeto de construção de uma usina de biodiesel em Tibagi, região dos Campos Gerais.

O investimento de 110 milhões de euros será empregado em um complexo que planeja processar 6,6 mil toneladas de soja, além de produzir 1,2 milhão de litros de biodiesel e 2,5 mil toneladas de farelo de soja diariamente.

A construção deve começar em meados deste ano, e estima-se o início dos trabalhos para o final do próximo. Prevê-se o emprego direto de 150 funcionários, e o indireto, de mil. A Prefeitura do município deverá comprar o terreno avaliado em R\$ 500 mil, localizado no distrito de Alto do Amparo.

Pequenos produtores fornecerão 40% da soja utilizada, e espera-se que o negócio gere receita de R\$ 1,1 bilhão ao ano.

KÜNZEL, Patrícia. Tibagi terá usina de biodiesel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 abr. 2007. p. 17.

KÜNZEL, Patrícia; SILVA, Maria Gizele da. Grupo investe R\$ 300 mi em usina do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 abr. 2007. p. 17.

USINA no PR terá aporte de € 110 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 abr. 2007. Empresas, p. B13.

Globoaves fornecerá ovos para vacinas

A Globoaves, maior fornecedora brasileira de ovos férteis e pintos de um dia para corte e postura, com sede em Cascavel, investirá cerca de R\$ 30 milhões em duas granjas no estado de São Paulo, as quais produzirão ovos férteis para serem utilizados pelo Instituto Butantan na fabricação de vacinas contra Influenza e gripe aviária.

A empresa espera fornecer cerca de 179 mil ovos diariamente, os quais, antes de chegar ao destino, precisam passar por um rigoroso controle sanitário e de qualidade, além de demandarem cuidados especiais quanto ao transporte e prazo de validade.

LIMA, Marli. Globoaves fornecerá ovos para o Butantan. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 abr. 2007. Empresas, p. B6.

INDÚSTRIA

Nova fábrica da Suzano

Está confirmada a instalação da fábrica de polipropileno da Suzano Petroquímica no Paraná. Deverão ser investidos na unidade paranaense cerca de US\$ 216 milhões, e estima-se uma produção anual de 200 mil toneladas do produto.

Utilizado por vários setores industriais que trabalham com plástico, o polipropileno tem como matéria-prima o gás propano, do qual a Suzano já contratou a compra de 150 mil toneladas por ano, fornecidas pela Repar – Refinaria Presidente Getúlio Vargas.

Essa nova fábrica, que não deve operar antes de 2008, integra um plano de investimentos de US\$ 371 milhões, que a empresa espera colocar em prática até 2012.

JASPER, Fernando. Suzano confirma fábrica de polipropileno no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 mar. 2007. p. 20.

RMC fabrica produtos náuticos

Os produtos náuticos vêm ganhando destaque na economia paranaense. A Britanite, de Quatro Barras, há cinco anos no mercado de “sinalizadores de salvatagem”, faturou cerca de R\$ 60 milhões em 2006 – aproximadamente 10% desse total deve-se aos produtos marinhos.

Localizada em Pinhais, a Náutilus produz reversores, que são caixas de câmbio para barcos. Também há cinco anos no mercado, esta tem mantido seus produtos com valores cerca de 40% mais baixos que os produtos importados. A empresa prevê para este ano um faturamento 50% superior aos R\$ 4 milhões de 2006.

JASPER, Fernando. Paranaenses aproveitam maré alta dos produtos náuticos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 mar. 2007. p. 18.

Coca-Cola compra a paranaense Leão Júnior

A Coca-Cola do Brasil formalizou a compra da paranaense Leão Júnior, fabricante do chá Matte Leão, ampliando sua presença no mercado de bebidas não alcoólicas. O valor da negociação girou em torno de R\$ 230 milhões.

Os mais de 60 produtos da Leão serão incorporados ao portfólio da Coca-Cola, bem como as fábricas de Curitiba, Fernandes Pinheiro e Rio de Janeiro. Com a aquisição, a multinacional passa à posição de líder do mercado brasileiro de chás prontos para beber, dominando 70% desse mercado. A Coca-Cola tem sociedade com a Nestlé na produção da linha Nestea.

Em 2006, a Leão Júnior faturou R\$ 158,9 milhões e teve lucro de R\$ 25,3 milhões. Sua marca Matte Leão responde por 65,5% do mercado de chás secos e por 45% das vendas dos chás prontos para consumo, e nesse segmento seu principal mercado é o Rio de Janeiro.

A compra ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para o qual a Coca-Cola já enviou defesa.

BASILE, Juliano. A defesa da multinacional junto ao CADE está pronta. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 mar. 2007. Empresas, p. B1.

CANÇADO, Patrícia. Coca-Cola compra Leão Júnior por R\$ 230 milhões. **O Estado de S.Paulo**, 22 mar. 2007. Economia, p.B20.

CARNIERI, Helena. Coca-Cola formaliza a compra da Leão Júnior. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 mar. 2007. p. 22.

D'AMBROSIO, Daniela; LIMA, Marli. Coca-Cola compra a dona do Matte Leão. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 mar. 2007. Empresas, p. B1.

Racco investe em publicidade

Um aporte de R\$ 12 milhões a R\$ 20 milhões deve ser investido em publicidade pela empresa paranaense Racco, de venda direta de produtos de beleza. Fabricante de cosméticos há vinte anos, a empresa também investe em uma linha de alimentos à base de fibras.

Os gastos em publicidade variam entre 3% e 7% do faturamento desde 2001, quando a empresa começou a investir em divulgação. Desde então, houve um aumento de 922% no faturamento, estimado em R\$ 350 milhões no ano de 2006. O número de 30 mil vendedoras em 2001 cresceu para 212 mil, presentes não só no Brasil, mas também em Portugal, na Angola, nos Estados Unidos, na Bolívia e no Paraguai.

A Racco fabrica uma segunda linha de cosméticos, a Oceanic, distribuída apenas no mercado europeu. Localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a indústria inaugurará em agosto novo prédio administrativo com 18 mil metros quadrados.

KÜNZEL, Patrícia. Racco, do Paraná, ganha mercado internacional com publicidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 abr. 2007. p. 15.

TMT Motoco demite 680 funcionários

A TMT Motoco, fábrica de motores que ocupa a antiga planta da Chrysler, em Campo Largo, demitiu 680 funcionários. Serão mantidos apenas 24 da área administrativa durante o período de recuperação judicial, que vai até o mês de outubro.

A empresa fabricava mensalmente 130 mil motores para cortadores de grama, pequenos tratores, implementos agrícolas, miniveículos e removedores de neve. O endividamento de R\$ 180 milhões é atribuído à baixa cotação do dólar, uma vez que 99% da produção é exportada.

As demissões preocupam os comerciantes do município, que esperam queda de 30% nas vendas nos próximos meses.

LAUFER, Fernando. TMT Motoco fecha as portas e demite 680 funcionários. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 abr. 2007. p. 23.

BERTOLDI, Andréa. Demissões representam perdas de R\$ 500 mil/mês para Campo Largo. **Folha de Londrina**, 15 abr. 2007. Economia, p. 6.

Landis+Gyr suíça investe em subsidiária brasileira

A Landis+Gyr, multinacional suíça, investirá R\$ 10 milhões em sua unidade brasileira. Localizada em Curitiba, a indústria iniciará a produção de um medidor que combina a leitura de consumo de água, gás natural e energia elétrica.

A subsidiária paranaense, com faturamento de aproximadamente US\$ 90 milhões, tem aplicado cerca de US\$ 6 milhões em pesquisa e desenvolvimento desde 2004. Ela exporta cerca de 10% de sua produção de medidores eletrônicos para Inglaterra e Argentina. Do total produzido, 40% são medidores eletrônicos e o restante eletromecânicos. A expectativa da empresa é de que, no próximo ano, os investimentos em ampliação e modernização incrementem em 8% suas vendas no Brasil.

CAPELA, Maurício. Múlti suíça planeja investir US\$ 10 mi em fábrica no País. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 abr. 2007. Empresas, B8.

COMÉRCIO

Shopping de Maringá recebe investimentos

O Aspen Park Shopping Center, de Maringá, investirá cerca de R\$ 15 milhões em reformas. O cinema será reaberto pelo grupo Cinesystem, com novas salas; serão ampliados o espaço para novas lojas e o número de vagas no estacionamento. Após a reforma, o shopping terá área 20% maior que a atual. O grupo pretende inaugurar as novas instalações em maio do próximo ano.

FRANQUINI, Giancarlo. Grupo investe R\$ 15 mi em shopping de Maringá. **Folha de Londrina**, 25 abr. 2007. Economia, p.3.

IORE, Andye. Shopping investe R\$ 15 milhões e reabre cinemas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 abr. 2007. p.22.

FOMENTO

PRONAF Café destina recursos a cafeicultores paranaenses

O Paraná, quarto maior produtor brasileiro de café, receberá, até 2010, cerca de R\$ 344 milhões em recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Café – modalidade de financiamento do governo federal voltada ao oferecimento de recursos a agricultores familiares. O programa deverá atender a cerca de 7 mil novos cafeicultores, podendo totalizar 20 mil produtores de café no Paraná.

A verba será destinada ao financiamento de projetos individuais e para grupos de agricultores, os quais poderão fazer investimentos comunitários em máquinas, equipamentos e em infra-estrutura. Também serão desenvolvidos projetos de capacitação dos agricultores para familiarizá-los com as novas tecnologias.

A produção paranaense de café está concentrada no norte e Norte Pioneiro do Estado e, de acordo com o Departamento de Economia Rural (DERAL), 83% das 13 mil propriedades rurais cafezeiras do Paraná pertencem a pequenos agricultores. A estimativa de produção do Estado para 2007 está entre 1,7 e 1,9 milhão de sacas.

BERTOLDI, Andréa. Paraná terá R\$ 344 mi do Pronaf Café. **Folha de Londrina**, 20 mar. 2007. Economia, p. 3.

Cafeicultura paranaense recebe incentivos

Um plano de revitalização da cultura do café foi lançado na ExpoLondrina e garantirá um investimento de R\$ 350 milhões em implantação, renovação e custeio de lavouras.

Os recursos do PRONAF pretendem implantar um novo modelo de cultivo com o café adensado, utilizar sementes geneticamente melhoradas e fornecer assistência técnica. O objetivo é apoiar a agricultura familiar, fornecendo incentivos para o crescimento do plantio e da produtividade, chegando a 25 sacas por hectare com a adaptação da produção às novas tecnologias.

O Plano prevê um aumento de 40% da área de plantio, chegando a 140 mil hectares em quatro anos.

MAZZINI, Fernanda. PR Planeja aumentar plantio de café. **Folha de Londrina**, 12 abr. 2007. Economia, p. 4.

Cresol repassa verbas do PRONAF

A Cresol, cooperativa de crédito solidário criada na cidade de Dois Vizinhos, vem repassando aos agricultores paranaenses, desde 1996, financiamentos federais do PRONAF.

Contando com 115 cooperativas municipais nos três estados do Sul, o sistema Cresol é, atualmente, o maior repassador do PRONAF. A cooperativa é dividida em duas centrais, uma em Francisco Beltrão – sudoeste do Paraná – e outra em Chapecó (Santa Catarina). A carteira de repasses da região sudoeste paranaense fechou 2006 em R\$ 70,271 milhões, com 17 municípios atendidos, somando em torno de 13,664 mil associados.

Com o aumento na produção de leite nessa região, e contando com o apoio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da CRESOL, de sindicatos e prefeituras, surgiu o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF). Nele, a própria cooperativa recolhe o leite com o produtor e distribui aos vinte e três laticínios da região.

As cooperativas planejam comprar, conjuntamente, plataformas de leite – tanques refrigerados com capacidade para 30 milhões de litros –, que serão estrategicamente distribuídos na região.

TOTTI, Paulo. Cooperativas e PRONAF, a parceria que deu certo. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abr. 2007. p. A16.

INFRA-ESTRUTURA

COPEL anuncia os investimentos de 2007

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL) deverá investir quase R\$ 700 milhões em 2007. Desse montante, R\$ 407 milhões serão utilizados na modernização, manutenção e ampliação da rede de distribuição; R\$ 180 milhões serão destinados para transmissão; R\$ 72 milhões, para geração; e R\$ 34 milhões, investidos em telecomunicações.

KÜNZEL, Patrícia. COPEL prevê investimento de quase R\$ 700 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 mar. 2007. p. 32.

APPA recebe investimentos de R\$ 90 milhões

Visando à ampliação da infra-estrutura e da logística portuária, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) irá investir R\$ 90 milhões no Porto de Paranaguá.

Parte desse valor será usada na construção de um silo graneleiro – com capacidade para 107,8 mil toneladas e que será ligado ao Corredor de Exportação – e de um terminal para fertilizantes. O silo custará R\$ 39,397 milhões, e o terminal está orçado em R\$ 9,758 milhões.

Além dessas obras, os berços de atracação do cais comercial também receberão melhorias, integrando a primeira fase do Projeto Cais Oeste, com custos em torno de R\$ 38,397 milhões.

BERTOLDI, Andréa. Investimentos nos portos chegam a R\$ 90 mi. **Folha de Londrina**, 30 mar. 2007. Economia, p. 4.

Obras na REPAR atraem pequenas empresas

A construção de 13 unidades industriais na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) representa uma oportunidade para pequenas empresas.

Para aquelas relacionadas ao setor de óleo e gás, existe um projeto, promovido pela Petrobras em parceria com o Serviço de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE), que visa capacitar possíveis

fornecedores. O SEBRAE identificou, ainda, nichos em outras atividades, beneficiadas pelo repentino aumento populacional, como hospedagem, alimentação, tubulação, academias, táxis, mão-de-obra temporária, entre outros. Até 2010, estima-se que cerca de 10 mil empregos sejam gerados pela expansão da refinaria.

JASPER, Fernando. Obras na REPAR mobilizam micro e pequenas empresas do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 abr. 2007. p. 17.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Unidade do TECPAR produzirá medicamentos

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) irá produzir, até o fim de 2008, medicamentos contra câncer e outras doenças degenerativas. Serão investidos R\$ 5,5 milhões, provenientes da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino.

A produção será realizada em uma unidade do instituto localizada na Cidade Industrial de Curitiba, que passará por reformas e receberá novas máquinas e equipamentos. Os medicamentos deverão ser enviados ao Ministério da Saúde.

TECPAR deve produzir remédios. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 mar. 2007. Economia, p. 2.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 407	172 601	2 905	28 493	582 475	20 443
2007 ⁽¹⁾	12 717	27 991	2 201	56 610	175 889	3 107	27 342	631 122	23 083

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 318	135 104	1 347	438 683	34 290 730	78 167	32 230	103 103	3 199
2007 ⁽¹⁾	99 392	110 353	1 110	547 472	46 382 396	84 721	42 460	148 942	3 508

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	595 271	825 163	1 386	170 228	3 802 856	22 340	2 501 663	11 650 567	4 657
2007 ⁽¹⁾	554 894	815 830	1 470	175 690	3 718 291	21 164	2 700 344	14 381 729	5 326

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 935 540	9 402 864	2 389	759 694	1 180 837	1 554
2007 ⁽¹⁾	394	1 110	2 817	4 009 466	11 959 971	2 983	900 436	2 274 563	2 526

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2006

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Setembro	158 381	27 938	33 496
1998	854 517	236 358	193 435	Outubro	156 713	23 598	29 589
1999	957 237	198 873	229 466	Novembro	156 051	23 835	30 444
2000	1 041 412	181 113	235 315	Dezembro	158 021	26 836	30 761
2001	1 121 828	197 985	263 451	2006 ⁽¹⁾	1 856 061	316 898	390 394
2002	1 235 681	219 350	333 951	Janeiro	159 589	21 644	30 330
2003	1 344 398	219 774	359 139	Fevereiro	146 023	22 502	28 110
2004	1 557 747	276 806	340 568	Março	162 965	25 587	28 167
2005	1 788 481	308 947	367 765	Abril	137 718	24 256	27 353
Janeiro	138 408	18 246	27 016	Maió	153 136	31 044	35 409
Fevereiro	128 063	19 364	25 759	Junho	151 216	28 283	32 006
Março	141 733	26 502	28 752	Julho	156 148	23 409	35 519
Abril	135 603	29 261	28 540	Agosto	167 791	27 108	36 645
Maió	145 529	28 822	31 875	Setembro	157 287	28 803	32 619
Junho	151 796	27 435	32 579	Outubro	158 758	28 228	34 968
Julho	155 851	27 600	33 409	Novembro	155 421	25 939	35 006
Agosto	162 330	29 511	35 636	Dezembro	150 009	30 095	34 262

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2007

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2005	811	6 444
1977	1 356	8 826	Janeiro	60	246
1978	1 614	9 636	Fevereiro	118	627
1979	1 635	12 575	Março	90	738
1980	1 936	13 482	Abril	34	749
1981	1 954	14 105	Maió	19	686
1982	1 179	6 606	Junho	25	910
1983	1 079	3 345	Julho	53	551
1984	1 748	7 921	Agosto	54	635
1985	2 167	9 728	Setembro	69	432
1986	2 029	10 588	Outubro	100	258
1987	2 121	9 479	Novembro	64	303
1988	1 567	8 847	Dezembro	125	310
1989	1 386	6 189	2006	545	7 648
1990	885	4 111	Janeiro	62	450
1991	584	2 677	Fevereiro	82	484
1992	593	2 893	Março	67	633
1993	1 038	4 475	Abril	48	579
1994	1 707	9 011	Maió	44	849
1995	859	5 095	Junho	15	822
1996	897	4 180	Julho	-	897
1997	1 296	6 062	Agosto	24	582
1998	1 380	6 025	Setembro	46	657
1999	1 351	4 854	Outubro	50	671
2000	1 692	6 251	Novembro	56	551
2001	2 046	8 307	Dezembro	51	473
2002	2 448	9 752	2007	142	951
2003	3 112	10 449	Janeiro	78	403
2004	3 147	10 619	Fevereiro	64	548

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2006

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 932
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006 ⁽¹⁾	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2005-2006

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2005	2006		2005	2006	
Exportação	10 022 668 933	10 001 941 223	-0,2	118 308 387 113	137 469 700 421	16,2
União Européia	3 118 383 337	2 982 919 264	-4,3	26 492 519 238	30 373 023 712	14,6
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 320 186 770	-7,2	18 552 197 089	20 792 729 949	12,1
Mercosul	946 408 327	1 261 698 747	33,3	11 726 093 723	13 950 426 317	19,0
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 255 989 679	1 218 390 239	-3,0	22 741 381 375	24 679 041 793	8,5
Aladi (exclusive Mercosul)	1 127 158 279	1 033 400 073	-8,3	13 702 190 590	17 431 581 054	27,2
Oriente Médio	636 604 302	811 978 579	27,5	4 286 140 965	5 745 275 369	34,0
África (exclusive Oriente Médio)	395 414 399	496 229 496	25,5	5 977 269 239	7 448 581 743	24,6
Outros	1 119 406 014	877 136 049	-21,6	14 830 594 894	17 049 040 484	15,0
Importação	4 527 221 972	5 977 952 974	32,0	73 605 508 858	91 383 878 181	24,2
União Européia	1 762 027 527	1 770 208 128	0,5	18 145 598 669	20 125 607 295	10,9
África (exclusive Oriente Médio)	625 640 601	1 229 935 776	96,6	6 661 978 129	8 088 572 006	21,4
Ásia (exclusive Oriente Médio)	546 762 798	831 369 348	52,1	16 870 088 655	22 886 357 634	35,7
Mercosul	561 366 680	756 177 796	34,7	7 053 699 522	8 967 789 544	27,1
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	470 315 971	523 376 138	11,3	12 852 734 192	14 850 531 742	15,5
Aladi (exclusive Mercosul)	191 671 436	315 035 186	64,4	4 562 816 436	7 345 732 353	61,0
Oriente Médio	297 895 452	118 432 981	-60,2	2 509 617 837	3 160 242 433	25,9
Outros	71 539 502	433 415 615	505,8	4 948 975 418	5 959 045 174	20,4

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2006-2007

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	463 047 824	22,12	520 673 225	21,49	12,44
Automóveis	145 479 167	6,95	232 464 551	9,60	59,79
Motores para veículos	153 026 764	7,31	132 745 712	5,48	-13,25
Autopeças	47 327 701	2,26	47 751 599	1,97	0,90
Veículos de carga	28 607 748	1,37	37 783 204	1,56	32,07
Tratores	35 948 598	1,72	35 650 745	1,47	-0,83
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	10 393 205	0,50	18 030 296	0,74	73,48
Ônibus	39 441 522	1,88	12 052 874	0,50	-69,44
Helicópteros	1 178 936	0,06	1 383 229	0,06	17,33
Reboques para transporte de mercadorias	85 383	0,00	690 920	0,03	709,20
Pneumáticos e câmaras de ar	146 607	0,01	240 159	0,01	63,81
Trens e materiais para vias férreas	3 670	0,00	16 178	0,00	340,82
Partes e peças de aviões e helicópteros	-	-	3 357	0,00	-
Motocicletas	7 320	0,00	-	-	-100,00
Demais materiais de transporte	1 401 203	0,07	1 860 401	0,08	32,77
Complexo soja	380 026 484	18,15	452 048 307	18,66	18,95
Soja em grão	123 735 953	5,91	203 851 702	8,42	64,75
Farelo de soja	172 478 667	8,24	159 175 082	6,57	-7,71
Óleo de soja bruto	59 532 564	2,84	56 000 329	2,31	-5,93
Óleo de soja refinado	24 279 300	1,16	33 021 194	1,36	36,01
Carnes	248 038 103	11,85	270 926 459	11,18	9,23
Carne de frango "in natura"	208 399 010	9,95	228 825 090	9,45	9,80
Carne de frango industrializada	12 224 439	0,58	11 883 786	0,49	-2,79
Carne suína "in natura"	11 627 693	0,56	11 371 492	0,47	-2,20
Carne de peru "in natura"	5 621 917	0,27	7 542 251	0,31	34,16
Carne bovina "in natura"	3 004 011	0,14	2 605 457	0,11	-13,27
Carne bovina industrializada	130 096	0,01	605 682	0,03	365,57
Demais carnes	7 030 937	0,34	8 092 701	0,33	15,10
Madeiras e manufaturas de madeira	261 149 118	12,47	234 801 251	9,69	-10,09
Madeira compensada ou contraplacada	109 776 929	5,24	82 177 817	3,39	-25,14
Madeira serrada	47 677 326	2,28	42 387 970	1,75	-11,09
Obras de marcenaria ou de carpintaria	29 692 881	1,42	35 336 714	1,46	19,01
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	14 394 456	0,69	14 055 210	0,58	-2,36
Madeira laminada	5 049 089	0,24	10 502 883	0,43	108,02
Demais madeiras e manufaturas de madeira	54 558 437	2,61	50 340 657	2,08	-7,73
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	135 289 929	6,46	149 679 225	6,18	10,64
Compressores e bombas	45 653 522	2,18	39 223 998	1,62	-14,08
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	18 709 814	0,89	22 387 433	0,92	19,66
Refrigeradores e congeladores	10 991 829	0,52	16 702 834	0,69	51,96
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	8 460 697	0,40	9 166 630	0,38	8,34
Rolamentos e engrenagens	5 320 509	0,25	8 822 264	0,36	65,82
Aparelhos de ar-condicionado	2 688 099	0,13	2 974 542	0,12	10,66
Aparelhos para filtrar ou depurar	700 819	0,03	1 787 420	0,07	155,05
Torneiras e válvulas	733 782	0,04	1 586 276	0,07	116,18
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	447 094	0,02	656 748	0,03	46,89
Computadores e acessórios	480 654	0,02	495 155	0,02	3,02
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	275 014	0,01	245 632	0,01	-10,68
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	53 574	0,00	126 167	0,01	135,50
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	338	0,00	21 952	0,00	6 394,67
Laminadores de metais	5 498	0,00	12 213	0,00	122,14
Máquinas de costura	-	-	1 972	0,00	-
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	40 768 686	1,95	45 467 989	1,88	11,53

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2006-2007

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2007		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
	Cereais	74 941 270	3,58	90 685 817	3,74
Papel e celulose	65 277 411	3,12	85 510 564	3,53	31,00
Papel	65 277 411	3,12	84 841 332	3,50	29,97
Celulose	-	-	669 232	0,03	-
Produtos químicos	61 431 828	2,93	78 290 733	3,23	27,44
Produtos químicos orgânicos	16 604 361	0,79	17 345 030	0,72	4,46
Adubos e fertilizantes	7 497 561	0,36	16 684 641	0,69	122,53
Plásticos e suas obras	12 922 114	0,62	16 555 023	0,68	28,11
Produtos químicos inorgânicos	3 917 961	0,19	5 528 253	0,23	41,10
Óleos essenciais e resinóides	2 111 651	0,10	3 481 432	0,14	64,87
Extratos tanantes e tintoriais	630 340	0,03	1 035 959	0,04	64,35
Produtos farmacêuticos	320 934	0,02	433 961	0,02	35,22
Produtos para fotografia	-	-	73 623	0,00	-
Demais produtos químicos	17 426 906	0,83	17 153 111	0,71	-1,57
Produtos metalúrgicos	44 245 080	2,11	62 324 154	2,57	40,86
Produtos laminados planos de ferro ou aço	15 266 557	0,73	23 168 000	0,96	51,76
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	14 185 937	0,68	19 194 039	0,79	35,30
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	4 382 740	0,21	4 508 875	0,19	2,88
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	78	0,00	3 765 312	0,16	-
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	92 379	0,00	547 705	0,02	492,89
Demais produtos metalúrgicos	10 317 389	0,49	11 140 223	0,46	7,98
Café	54 247 624	2,59	61 598 328	2,54	13,55
Café solúvel	37 045 612	1,77	39 211 934	1,62	5,85
Café cru em grão	17 202 012	0,82	22 386 394	0,92	30,14
Derivados de petróleo	45 678 882	2,18	59 894 781	2,47	31,12
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	31 367 567	1,50	34 399 806	1,42	9,67
Óleos e combustíveis	5 142 643	0,25	18 194 117	0,75	253,79
Gasolina	7 726 584	0,37	5 406 715	0,22	-30,02
Óleos lubrificantes	518 682	0,02	605 344	0,02	16,71
Demais derivados de petróleo	923 406	0,04	1 288 799	0,05	39,57
Outros Grupos de Produtos	260 398 712	12,44	355 974 252	14,70	36,70
TOTAL	2 093 772 265	100,00	2 422 407 096	100,00	15,70

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2006-2007

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos químicos	196 943 268	15,05	341 755 647	19,37	73,53
Adubos e fertilizantes	54 944 431	4,20	163 235 951	9,25	197,09
Produtos químicos orgânicos	56 198 583	4,30	80 339 754	4,55	42,96
Plásticos e suas obras	40 213 329	3,07	52 497 428	2,98	30,55
Produtos farmacêuticos	15 829 568	1,21	13 523 292	0,77	-14,57
Extratos tanantes e tintoriais	4 342 174	0,33	8 877 207	0,50	104,44
Produtos químicos inorgânicos	5 142 644	0,39	6 378 479	0,36	24,03
Produtos para fotografia	1 661 327	0,13	1 728 517	0,10	4,04
Óleos essenciais e resinóides	787 416	0,06	1 612 851	0,09	104,83
Demais produtos químicos	17 823 796	1,36	13 562 168	0,77	-23,91
Derivados de petróleo	341 592 707	26,11	317 423 635	17,99	-7,08
Óleos brutos de petróleo	315 825 131	24,14	307 627 931	17,44	-2,60
Óleos e combustíveis	21 494 091	1,64	6 092 273	0,35	-71,66
Óleos lubrificantes	33 265	0,00	30 627	0,00	-7,93
Demais derivados de petróleo	4 240 220	0,32	3 672 804	0,21	-13,38
Material de transporte e componentes	212 769 142	16,26	298 293 378	16,91	40,20
Autopeças	111 057 316	8,49	118 596 318	6,72	6,79
Automóveis	18 838 226	1,44	77 510 451	4,39	311,45
Motores para automóveis	57 430 488	4,39	69 643 390	3,95	21,27
Pneumáticos e câmaras de ar	11 550 280	0,88	10 377 615	0,59	-10,15
Helicópteros	5 086 940	0,39	7 410 040	0,42	45,67
Veículos de carga	354 605	0,03	2 877 132	0,16	711,36
Aviões	36 125	0,00	2 400 000	0,14	6543,60
Motores e turbinas para aviação	123 588	0,01	556 779	0,03	350,51
Trens e materiais para vias férreas	2 366 841	0,18	397 101	0,02	-83,22
Partes e peças de aviões e helicópteros	308 437	0,02	233 798	0,01	-24,20
Motocicletas	91 461	0,01	82 169	0,00	-10,16
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	197 683	0,02	61 057	0,00	-69,11
Tratores	-	-	29 223	0,00	-
Reboques para transporte de mercadorias	4 302	0,00	-	-	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	5 322 850	0,41	8 118 305	0,46	52,52
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	145 234 922	11,10	238 132 847	13,50	63,96
Computadores e acessórios	19 715 540	1,51	39 770 375	2,25	101,72
Compressores e bombas	25 699 580	1,96	24 704 574	1,40	-3,87
Rolamentos e engrenagens	20 999 416	1,61	22 121 313	1,25	5,34
Torneiras e válvulas	8 815 232	0,67	11 699 732	0,66	32,72
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	2 794 135	0,21	10 041 339	0,57	259,37
Aparelhos para filtrar ou depurar	5 544 153	0,42	8 357 438	0,47	50,74
Refrigeradores e congeladores	3 126 140	0,24	8 320 193	0,47	166,15
Aparelhos de ar condicionado	5 483 333	0,42	6 602 985	0,37	20,42
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	353 526	0,03	5 337 688	0,30	1409,84
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	4 859 981	0,37	5 323 786	0,30	9,54
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	2 190 589	0,17	5 037 218	0,29	129,95
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	983 506	0,08	3 737 194	0,21	279,99
Laminadores de metais	116 380	0,01	330 601	0,02	184,07
Máquinas de costura	254 197	0,02	193 599	0,01	-23,84
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	112 493	0,01	8 574	0,00	-92,38
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	44 186 721	3,38	86 546 238	4,91	95,86

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2006-2007

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2007		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
	Produtos metalúrgicos	48 631 790	3,72	65 017 827	3,68
Produtos laminados planos de ferro ou aço	7 922 654	0,61	5 811 786	0,33	-26,64
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	4 629 443	0,35	5 191 444	0,29	12,14
Catodos de cobre	2 789 295	0,21	3 695 341	0,21	32,48
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	2 135 324	0,16	2 902 458	0,16	35,93
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	517 801	0,04	1 174 193	0,07	126,77
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	284 700	0,02	74 296	0,00	-73,90
Alumínio em bruto	-	-	73	0,00	-
Ligas de alumínio	1 010 554	0,08	-	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	29 342 019	2,24	46 168 236	2,62	57,35
Materiais elétricos e eletrônicos	111 294 055	8,51	62 215 749	3,53	-44,10
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	10 550 082	0,81	15 983 062	0,91	51,50
Geradores e transformadores, elétricos	14 730 355	1,13	14 148 817	0,80	-3,95
Aparelhos transmissores e receptores	13 960 875	1,07	3 532 717	0,20	-74,70
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	3 316 045	0,25	2 888 316	0,16	-12,90
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	325 082	0,02	2 606 882	0,15	701,92
Aparelhos elétricos para telefonia	13 628 320	1,04	444 467	0,03	-96,74
Demais materiais elétricos e eletrônicos	54 783 296	4,19	22 611 488	1,28	-58,73
Cereais	20 091 331	1,54	40 631 753	2,30	102,24
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	32 536 232	2,49	35 420 834	2,01	8,87
Papel e celulose	28 417 986	2,17	24 229 177	1,37	-14,74
Papel	16 311 302	1,25	15 858 502	0,90	-2,78
Celulose	12 106 684	0,93	8 370 675	0,47	-30,86
Produtos têxteis	14 896 903	1,14	17 466 232	0,99	17,25
Confecções	7 992 118	0,61	8 832 474	0,50	10,51
Fios sintéticos ou artificiais	3 445 039	0,26	2 549 175	0,14	-26,00
Tecidos de algodão	16 215	0,00	262 953	0,01	1521,67
Fios de seda	-	-	23 224	0,00	-
Fios de algodão	43	0,00	341	0,00	693,02
Sisal em fibras, cordas e cabos	298	0,00	-	-	-100,00
Demais produtos têxteis	3 443 190	0,26	5 798 065	0,33	68,39
Ferramentas	7 761 366	0,59	8 561 641	0,49	10,31
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	7 629 173	0,58	7 745 948	0,44	1,53
Outros grupos de produtos	140 528 335	10,74	307 517 717	17,43	118,83
TOTAL	1 308 327 210	100,00	1 764 412 385	100,00	34,86

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2007

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006 ⁽¹⁾	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 579	2 820 127
Fevereiro	628 929	348 836	280 093	8 750 217	5 950 613	2 799 603
Março	857 017	562 085	294 932	11 366 397	7 732 025	3 634 371
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 731 688	3 071 789
Maio	699 260	302 104	397 156	10 274 815	7 280 810	2 994 005
Junho	721 879	323 658	398 220	11 434 687	7 370 655	4 064 032
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 990 400	5 631 150
Agosto	1 114 474	847 146	267 328	13 641 816	9 120 714	4 521 102
Setembro	854 701	451 842	402 859	12 547 906	8 118 937	4 428 969
Outubro	863 970	613 480	250 489	12 658 762	8 774 530	3 914 232
Novembro	817 786	632 830	184 956	11 865 698	8 673 177	3 192 521
Dezembro	931 856	484 154	447 702	12 233 668	7 219 749	5 013 919
2007 ⁽¹⁾	2 422 407	1 764 412	657 995	33 919 237	25 218 650	8 700 587
Janeiro	658 351	474 092	184 260	10 960 826	8 465 330	2 495 496
Fevereiro	760 135	539 399	220 736	10 103 110	7 221 532	2 881 578
Março	1 003 921	750 922	252 999	12 855 302	9 531 788	3 323 512

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2007

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Dezembro	0,33
2000	6,23	2006	4,82
2001	5,90	Janeiro	1,21
2002	12,02	Fevereiro	0,15
2003	6,46	Março	0,53
2004	10,40	Abril	0,76
2005	4,05	Maio	0,30
Janeiro	0,52	Junho	-0,06
Fevereiro	0,02	Julho	0,12
Março	0,66	Agosto	-0,23
Abril	1,14	Setembro	0,02
Maio	0,38	Outubro	0,92
Junho	-0,82	Novembro	0,68
Julho	0,74	Dezembro	0,30
Agosto	0,08	2007	1,01
Setembro	0,23	Janeiro	0,16
Outubro	0,41	Fevereiro	0,24
Novembro	0,32	Março	0,61

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2007

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Mai	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21
Novembro	0,31	0,57	0,75	0,75	0,23
Dezembro	0,48	0,26	0,32	0,11	0,36
2007	1,26	0,88	1,11	0,62	0,94
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,44	0,23	0,27	0,19	0,21
Março	0,37	0,22	0,34	0,11	0,27

FONTES: IBGE, FGV

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34
Novembro	424 608	2 631 833	0,16	521 583	56 268	9,27	297 881	278 330	1,07	119 962	327 780	0,37
Dezembro	414 980	2 637 502	0,16	490 063	56 686	8,65	302 247	278 963	1,08	122 875	328 469	0,37
2007												
Janeiro	442 919	2 644 799	0,17	443 091	56 973	7,78	307 101	279 356	1,10	130 369	328 967	0,40
Fevereiro	418 413	2 651 148	0,16	526 251	57 325	9,18	319 034	279 557	1,10	136 238	329 555	0,41
Março	418 469	2 655 889	0,16	502 165	57 583	8,72	322 547	279 942	1,15	135 601	330 086	0,41

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43
Novembro	59 821	7 808	7,66	48 239	3 814	12,65	1 919	582	3,30	1 474 013	3 306 415	0,45
Dezembro	60 123	7 882	7,63	47 926	3 855	12,43	1 979	582	3,40	1 440 193	3 313 939	0,43
2007												
Janeiro	60 263	7 930	7,60	49 210	3 877	12,69	1 991	585	3,40	1 434 944	3 322 487	0,43
Fevereiro	60 378	7 965	7,58	48 849	3 884	12,58	2 031	585	3,47	1 511 194	3 330 019	0,45
Março	60 472	7 984	7,57	46 291	3 881	11,93	1 938	583	3,32	1 487 483	3 335 948	0,45

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 2000-2007

PERÍODO	VENDAS (m³)				
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP	Álcool Hidratado
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922	445 214
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977	430 828
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611	370 418
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226	377 078
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619	538 763
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119	516 442
2006	151 314	1 645 806	3 390 443	814 109	520 584
Janeiro	12 218	132 397	246 277	59 302	39 473
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 334	39 442
Março	15 368	141 531	345 288	69 761	34 311
Abril	12 510	135 684	287 508	63 507	30 647
Mai	14 842	137 113	282 046	76 777	36 117
Junho	11 414	130 726	281 086	70 722	39 022
Julho	12 615	130 068	295 239	71 092	44 632
Agosto	12 049	140 253	307 627	73 351	45 096
Setembro	13 949	137 611	285 341	69 880	49 015
Outubro	12 875	138 167	291 125	68 434	49 152
Novembro	11 634	134 883	263 345	67 779	52 557
Dezembro	10 130	155 974	233 789	66 170	61 121
2007	12 092	129 424	237 472	63 292	37 386
Janeiro	12 092	129 424	237 472	63 292	37 386

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2007

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	88,57	82,11	86,22	82,02
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	92,34	99,44	108,44	113,57
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	91,32	98,64	107,49	112,67
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	97,41	77,97	85,42	104,77
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	152,51	118,79	156,32	140,11
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	117,08	108,47	131,23	113,11
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	103,09	106,77	98,47	79,07
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	179,19	215,71	249,79	206,76
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	116,31	113,60	133,43	157,15
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	101,31	98,04	110,11	111,96

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)										
	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07
Combustíveis e lubrificantes	82,51	82,43	82,91	89,81	88,40	87,10	83,63	83,34	82,12	80,93	83,30
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	106,37	106,69	109,29	107,27	112,57	112,83	110,60	140,26	105,40	106,57	104,23
Hipermercados e supermercados	105,42	105,76	108,27	106,16	111,60	111,75	109,55	139,01	104,48	105,64	103,32
Tecidos, vestuário e calçados	126,92	98,38	101,73	101,76	96,66	93,76	101,24	195,19	88,48	98,63	78,32
Móveis e eletrodomésticos	170,88	147,91	148,51	159,10	155,57	159,43	158,54	241,41	156,91	180,81	133,00
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	126,11	127,82	119,70	129,42	124,38	125,37	122,04	150,20	114,26	117,98	110,54
Livros, jornais, revistas e papelaria	77,74	66,62	77,46	98,72	61,98	58,05	51,71	123,15	107,81	107,72	107,90
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	240,19	299,45	240,69	309,08	269,10	277,95	278,50	393,73	266,22	282,27	250,16
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	151,30	134,76	136,00	150,83	134,74	156,17	161,75	276,73	137,22	144,08	130,35
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	114,30	108,63	110,06	112,87	113,04	113,97	112,87	153,87	107,76	112,28	103,23

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2007

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾															
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8
Edição, impressão e reprodução de gravações
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾														
	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07
Indústria de transformação	102,3	97,6	115,3	107,4	122,6	118,9	115,4	128,2	119,9	127,2	123,7	113,6	105,7	105,6	105,7
Alimentos	88,1	81,2	104,8	103,9	125,5	127,1	130,9	137,1	118,8	125,2	104,4	100,0	89,5	88,1	90,9
Bebidas	124,7	118,1	124,1	109,4	100,6	96,8	95,7	125,9	109,6	135,7	150,7	162,6	112,3	115,8	108,9
Madeira	111,9	102,0	111,1	111,0	104,4	104,2	97,2	96,1	98,8	94,9	95,2	87,1	89,8	89,2	90,3
Celulose, papel e produtos de papel	116,8	105,9	120,8	114,6	117,3	97,3	118,0	119,3	115,8	116,9	119,2	116,1	111,5	115,0	108,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	203,7	113,7	154,5	161,9	200,1	209,9	163,1	168,4	258,3	268,1	327,4	303,6	197,8	197,9	197,8
Refino de petróleo e álcool	91,1	87,0	83,0	88,0	106,6	104,3	111,5	109,1	98,0	101,6	95,5	91,9	78,2	86,9	69,5
Outros produtos químicos	53,7	66,8	53,4	47,2	47,3	52,5	66,6	118,2	121,8	128,6	77,0	59,5	64,9	58,0	71,8
Borracha e plástico	104,1	100,7	112,1	96,8	115,0	103,6	106,0	118,8	114,0	119,6	114,4	100,9	104,6	108,7	100,4
Minerais não metálicos	89,1	78,9	93,1	81,1	95,9	94,5	86,1	95,5	90,1	92,7	91,5	92,2	94,2	90,8	97,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	90,6	100,7	122,5	92,7	101,3	103,3	99,6	105,3	95,8	105,5	111,2	101,1	95,0	90,7	99,3
Máquinas e equipamentos	122,0	108,4	123,6	113,1	126,9	125,0	111,8	125,5	131,2	115,5	136,6	121,8	125,0	123,6	126,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	112,0	107,3	130,3	102,4	123,8	114,0	115,4	110,9	112,8	120,2	123,1	117,9	119,2	122,2	116,2
Veículos automotores	117,5	159,9	217,8	181,3	207,9	190,9	147,7	191,6	132,2	174,4	176,7	145,1	171,8	167,6	176,0
Mobiliário	75,1	68,7	85,4	74,7	89,6	76,7	81,7	101,5	94,4	105,9	123,2	102,4	83,2	81,9	84,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2007

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Maio/06
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	104,8	104,8	105,1	105,7	106,2
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	105,3	105,2	105,5	106,1	106,5
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	147,0	148,2	147,4	147,4	147,9
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	90,2	92,0	95,4	97,2	95,4
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	116,4	116,4	116,9	118,0	121,8
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,8	95,6	94,8	94,3	95,0
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	112,3	112,0	111,2	112,4	112,4
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)										
	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	
Indústria geral	106,9	107,1	106,2	106,4	106,3	105,9	103,2	106,2	106,1	106,4	
Indústrias extrativas	75,6	75,8	76,0	75,7	75,8	77,3	75,9	76,9	76,6	77,2	
Indústria de transformação	107,3	107,5	106,6	106,8	106,7	106,3	103,5	106,6	106,4	106,8	
Alimentos e bebidas	149,6	149,1	146,7	148,9	149,9	150,3	150,3	156,1	155,2	157,1	
Fumo	97,2	87,1	85,4	87,1	88,0	83,6	79,2	205,9	110,7	301,0	
Têxtil	99,8	97,6	98,4	98,5	99,2	97,1	92,5	91,1	91,7	90,6	
Vestuário	132,6	133,9	130,9	129,1	131,3	130,7	120,6	123,9	122,1	125,7	
Calçados e couro	97,7	106,8	106,5	111,0	110,4	106,3	94,6	95,8	93,6	98,0	
Madeira	60,1	58,8	56,3	54,5	53,1	51,3	50,5	50,6	51,0	50,1	
Papel e gráfica	122,2	122,6	123,1	124,6	124,8	126,6	124,8	125,6	125,5	125,8	
Refino de petróleo e combustíveis	256,5	262,5	263,7	261,7	226,4	207,2	152,5	153,6	150,6	156,6	
Produtos químicos	90,1	91,4	93,4	97,1	96,8	95,9	95,0	107,6	106,0	109,2	
Borracha e plástico	88,6	93,1	92,0	92,5	92,3	91,9	90,7	93,8	93,5	94,0	
Minerais não-metálicos	111,9	111,3	113,9	114,3	114,3	115,1	115,0	130,4	131,5	129,3	
Metalurgia básica	73,4	72,1	70,6	69,6	68,2	69,6	69,1	65,5	65,3	65,8	
Produtos de metal ⁽¹⁾	104,5	102,7	101,2	97,9	98,8	99,2	95,4	93,5	94,5	92,6	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	124,5	124,4	125,3	126,2	125,6	126,6	125,4	122,3	124,0	120,6	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	93,8	94,1	93,9	94,8	94,1	94,9	94,9	94,4	92,5	96,4	
Fabricação de meios de transporte	112,5	112,2	112,1	112,1	112,0	112,9	112,1	133,5	133,7	133,4	
Fabricação de outros produtos	62,7	63,1	63,1	64,1	65,7	66,3	65,6	65,0	65,7	64,3	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2007

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Mai	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173
Novembro	-3 941	97	5 407	3 701	-2 284	-	2 980
Dezembro	-8 382	-1 834	-719	-5 349	-5 551	-	-21 835
2007	20 760	2 856	4 236	11 143	3 916	-	42 911
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2002-2007

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maio	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maio	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Maio	8,1
Junho	7,9
Julho	7,6
Agosto	7,6
Setembro	7,0
Outubro	6,5
Novembro	5,1
Dezembro	5,5
2006	
Janeiro	7,2
Fevereiro	7,9
Março	8,2
Abril	8,7
Maio	7,6
Junho	6,8
Julho	6,7
Agosto	6,4
Setembro	6,4
Outubro	5,7
Novembro	5,9
Dezembro	5,6
2007	
Janeiro	5,6
Fevereiro	6,6

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2006

ANO	PARANÁ		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	705 641	4,22
1996	47 720	7,24	843 966	2,15
1997	52 849	0,89	939 147	3,38
1998	56 798	5,30	979 276	0,04
1999	61 724	2,32	1 064 000	0,25
2000	65 969	5,06	1 179 482	4,31
2001	72 770	4,59	1 302 136	1,31
2002	81 449	1,70	1 477 822	2,66
2003	99 000	5,20	1 699 948	1,15
2004	108 699	3,2	1 941 498	5,71
2005 ⁽³⁾	...	0,3	2 147 944	2,94
2006 ⁽³⁾	...	1,4	2 322 818	3,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série do Sistema de Contas Nacionais. Em razão das mudanças no cálculo do PIB do Brasil, há restrições na mensuração das participações dos estados na renda nacional, até a revisão do PIB das unidades da federação.

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa, no caso do Paraná.